

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

MULHERES NA POLÍTICA:
Um olhar sobre as trajetórias de legisladoras uruguaias

Mestranda: María Lucía Scuro Somma
Orientadora: Profa. Dra. Maria Lygia Quartim de Moraes

Dissertação de Mestrado em Sociologia
do Programa de Pós-graduação do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas

Campinas – São Paulo
2008

María Lucía Scuro Somma

MULHERES NA POLÍTICA:

Um olhar sobre as trajetórias de legisladoras uruguaiaias

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Sociologia do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas

Sob orientação da Profa. Dra. Maria Lygia Quartim de Moraes

Este exemplar corresponde à
Redação final da dissertação
Defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em 21/02/2008

BANCA

Profa. Dra. (orientadora) Maria Lygia Quartim de Moraes

Profa. Dra. (titular interno) Rachel Meneguello

Profa. Dra. (titular externo) Heloisa Buarque de Almeida (USP)

Profa. Dra. (suplente interno) Ângela Carneiro Araújo

Profa. Dra. (suplente externo) Cyntia Sarti

RESUMO

O presente trabalho pretende investigar as trajetórias políticas e de vida das atuais legisladoras uruguaias. Durante o processo de pesquisa, foram realizadas entrevistas com deputadas e senadoras eleitas no período 2005-2010, no intuito de conhecer suas histórias, as dificuldades e desafios com que se depararam no sistema político uruguaio, no seu percurso até ter acesso a uma cadeira no Parlamento. O estudo parte da premissa de que não é igual o caminho percorrido por uma mulher do que o transitado por um homem quando resolve dedicar-se à carreira política. À procura dessas diferenças é que são delineadas as trajetórias dessas mulheres. O trabalho apresenta uma discussão teórica e alguns dos conceitos-chaves em termos de sociologia das relações de gênero, bem como um mapa comparativo da situação do Uruguai e da região em termos de posicionamento das mulheres na esfera econômica e educativa para, posteriormente, ver as posições que elas ocupam nos cargos políticos e, mais precisamente, nos parlamentos dos países latino-americanos. A análise do discurso das parlamentares coloca três eixos centrais de discussão: a) a militância e o processo de ditadura, pelo qual, de uma ou outra maneira, essas mulheres passaram; b) o feminismo e a consciência de gênero no trabalho político; c) a conciliação entre família e política.

RESUMEN

El presente trabajo pretende indagar en las trayectorias políticas y de vida de las actuales legisladoras uruguayas. Durante el proceso de investigación se realizaron entrevistas con diputadas y senadoras electas en el período 2005-2010, con la finalidad de conocer sus historias, las dificultades y desafíos que encontraron en el sistema político uruguayo para acceder a una banca en el Parlamento. El trabajo parte de la premisa de que no es igual el camino que recorre una mujer que el que recorre un hombre cuando decide dedicarse a la carrera política. En busca de esas diferencias es que se delinean las trayectorias de estas mujeres. El trabajo plantea una discusión teórica y algunos de los conceptos claves en términos de sociología de relaciones de género. También un mapa comparativo de la situación de Uruguay y la región en términos de posicionamiento de las mujeres en la esfera económica y educativa para luego ver las posiciones que estas ocupan en los cargos políticos y, más precisamente, en los parlamentos de los países latinoamericanos. El análisis del discurso de las parlamentarias coloca tres ejes centrales de discusión: a) la militancia y el proceso de dictadura, por el cual de una u otra manera estas mujeres pasaron; b) el feminismo y la conciencia de género en el trabajo político; c) la conciliación familia-política.

Agradecimientos

Quiero agradecer en primer lugar a mi orientadora, María Lygia Quartim de Moraes, que no sólo orientó este trabajo académico sino que me recibió amablemente en este país, nuevo para mí.

De los afectos personales a Ale, que siempre me alentó a que emprendiera el viaje de esta Maestría y me acompañó y acompaña día a día.

A mi madre, a mi padre y a mis hermanos que son una familia incondicional sin la cual nada de esto sería posible.

A todas aquellas personas que encontré en mis días en Brasil y me ayudaron a descubrir una nueva cultura, nuevos colores, sabores y formas de comprender el mundo. Seguramente con muchas de ellas el vínculo se haya hecho fuerte y pueda continuar aprendiendo e intercambiando.

SUMÁRIO

1. Apresentação.....	2
2. O campo político uruguaio a partir de seu contexto histórico.....	5
2.1 Os primórdios do século XX.....	5
2.2 As décadas de 40 e 50.....	8
2.3 A situação política a partir dos anos 60 e o lugar das mulheres.....	10
3. Ferramentas teóricas para a compressão do conceito de gênero.....	16
3.1 O conceito de gênero.....	16
3.2 Sistemas de gênero.....	20
3.3 A divisão sexual do trabalho.....	21
4. A participação política das mulheres: alguns dados comparativos. O Uruguai, o Brasil e a Região.....	24
4.1 O Uruguai, o Brasil e a Região.....	25
4.2 Sistemas eleitorais e leis de cotas.....	27
4.3 Práticas e crenças no campo da política parlamentar.....	32
4.4 Indicadores de comparação internacional.....	34
5. As senadoras e deputadas da 47 ^a Legislatura no Parlamento uruguaio.....	43
5.1 As senadoras.....	44
5.2 As deputadas.....	46
6. O discurso das legisladoras.....	53
6.1 Militância, ditadura e abertura democrática: como foram vivenciadas pelas atuais legisladoras?.....	55
6.2 Feminismo, visão de gênero ou simplesmente diferenças.....	62
6.3 Família e política: conciliação possível mas difícil.....	67
7. Conclusões.....	70
8. Bibliografia.....	74

1. APRESENTAÇÃO

O objeto da presente dissertação é o de apresentar o processo e os resultados da pesquisa realizada no âmbito da área dos Estudos de Gênero no Mestrado em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Este trabalho pretende dar continuidade ao que já foi trabalhado em instâncias anteriores sobre o campo político e, mais precisamente, sobre o discurso dos legisladores homens em relação ao ingresso das mulheres ao Parlamento (Scuro, 2003). Há elementos sistematizados e analisados que configuram o conhecimento do campo político uruguaio e da presença feminina no mesmo. A fim de aprofundar nesta linha de trabalho, propõe-se a análise dos discursos das mulheres que ocupam cargos no Poder Legislativo como fonte de informação e compreensão de elementos que informem sobre estruturas e mecanismos que se apresentam em forma diferente para as mulheres e os homens que optam pela carreira política.

Este trabalho propõe-se, como objetivo geral, conhecer e fornecer nova evidência sobre a trajetória das mulheres que atuam em política, para compreender a escassa participação das mesmas nos âmbitos de decisão e deliberação política, aprofundando o estudo das relações de gênero que se apresentam no espaço parlamentar. Em outras palavras, aproximar-se da realidade uruguaia, tentando descobrir problemáticas comuns na vida e na carreira das mulheres que fazem a opção da política como profissão.

Com respeito aos objetivos específicos, a pesquisa procura sistematizar e analisar uma série de dados de nível macrosociológico, que situam o caso do Uruguai no nível regional e mundial em diversos âmbitos da vida social. Assim, são utilizados alguns indicadores sociais de corte comparativo que dão conta das posições que ocupa o Uruguai no cenário internacional em termos de posicionamento das mulheres, tanto na economia quanto na política.

Por outro lado, a pesquisa propõe indagar acerca das trajetórias das mulheres políticas e, mais concretamente, das atuais legisladoras, a fim de desvendar as razões da baixa presença feminina no Parlamento uruguaio, mas também de compreender os processos que essas mulheres atravessaram para chegar a ocupar uma cadeira no Legislativo. Através de seus relatos, de diferentes momentos de suas vidas e da vida do país, pretendemos descobrir como elas construíram sua carreira política e quais foram os principais obstáculos que visualizam no percurso.

O documento está estruturado da seguinte forma: em primeiro lugar, consideramos oportuno apresentar um marco histórico que servisse de contexto de análise para o caso da política uruguaia. É por isso que o primeiro capítulo trata da história e do contexto político uruguaio, sempre procurando situar as mulheres e suas aparições públicas nos diferentes períodos, com os problemas e principais traços de cada época histórica. Tomamos para isso uma periodização clássica na historiografia uruguaia. As primeiras três décadas do século XX; as décadas de 40 e 50; e, por último, a época da ditadura e a reestruturação da democracia em 1985.

No segundo capítulo, o trabalho centra-se na discussão teórica e em alguns dos conceitos chaves para propiciar um debate em termos da sociologia das relações de gênero. Realizamos, então, um percurso pelas idéias de algumas autoras fundamentais, focalizando aqueles conceitos que depois servirão de suporte para a análise do discurso das parlamentares.

O terceiro capítulo revisa a situação no Uruguai, no Brasil e na região em dimensões como a participação econômica das mulheres e também sua participação política, visualizando as especificidades dos dois países estudados e tomando elementos como o sistema eleitoral e as leis de cotas de um ponto de vista institucionalista do tema da participação feminina na política. O interessante neste espaço é a possibilidade de comparação que permitem os dados estatísticos, não apenas para o Brasil e o Uruguai, mas também para o contexto latino-americano.

No quinto capítulo, realiza-se um mapeamento das atuais legisladoras uruguaias e visa-se mostrar brevemente seus perfis para, posteriormente, no capítulo sexto, aprofundar a análise dos discursos levantados e trabalhados em função dos objetivos da pesquisa e do material empírico já revisado. Para esse estudo, são identificadas três dimensões de análise que serão aprofundadas à luz dos discursos das próprias legisladoras. Elas são: a militância e a passagem pela ditadura; o feminismo e a consciência de gênero no trabalho político; e a conciliação entre a família e as responsabilidades como mãe e a atividade política.

Por último, o sétimo capítulo traz uma reflexão sobre algumas das questões centrais da participação das mulheres na política e, para além de intitular-se *Conclusões*, não pretende encerrar o assunto, mas, pelo contrário, abrir espaços de reflexão para dar prosseguimento ao trabalho de compreensão das relações sociais de gênero no campo da política.

2. O CAMPO POLÍTICO URUGUAIO A PARTIR DE SEU CONTEXTO HISTÓRICO

Um trabalho sobre a participação política das mulheres no Uruguai, requer a consideração de alguns momentos históricos chaves para o país. A maior parte dos historiadores uruguaio aponta á precoce consolidação de um Estado de direito como a principal singularidade do Uruguay. Através de suas regras de jogo, canalizou conflitos e interesses, integrando novos setores da população (inclusive as mulheres) à vida social e política.

2.1 Os primórdios do século XX

Nesse sentido, não se pode deixar de olhar para as primeiras décadas do século XX, quando o Uruguai se constitui como Estado de bem-estar com fortes bases de legitimação. “Si bien se ha sostenido que ese proceso fue conducido fundamentalmente por grupos políticos que tenían ideas muy definidas acerca del proyecto de país ‘moderno’ hacia el cual apuntaban, también se reconoce la importancia de la participación social, y de la movilización de numerosos sectores – fundamentalmente urbanos- tendientes a lo que hoy llamaríamos de profundización de la democracia, tanto social como política” (Filgueira, 1989:1).

Assim sendo o Uruguai se consolida como um país que caminha para a modernidade política, diferenciando-se dos demais país de América do Sul, com uma interessante estrutura de partidos políticos que permanecem até a atualidade, espaços centrais na vida política e por onde são resolvidas a maior parte das disputas políticas. Segundo alguns autores, o bipartidismo caracteriza ao Uruguai antes mesmo do funcionamento regular do sistema eleitoral, fato que mostra o enraizamento dos partidos tradicionais, Partido Nacional e Partido Colorado (Caetano, 2001. Moreira, 1994).

Denomina-se batllismo o período político das três primeiras décadas do referido século, em que José Batlle y Ordóñez ocupou a Presidência da República em duas oportunidades (1903-1907 e 1911-1915). Durante esses anos, consolida-se e amplia-se a democracia no Uruguai, articulando liberalismo nas idéias, centralidade estatal e reforma social. Os partidos políticos da época operam um sistema pluralista, atingindo um alto grau de existência organizacional, implementação social e continuidade histórica. Assim, eles configuram um padrão de competição política que contribui para democratizar o regime e, se bem que o Partido Colorado seja o principal promotor das reformas sociais, ao Partido Nacional cabe um papel central no processo que propicia transparência e credibilidade ao sistema eleitoral (Lissidini, 2002).

No contexto regional, essa dinâmica de partidos políticos tão potentes diferencia-se das conotações às vezes personalistas das lideranças políticas nos países vizinhos. Com efeito, os casos de Vargas no Brasil ou de Perón na Argentina distam da força que conferiu ao próprio Partido Colorado a figura de José Batlle y Ordóñez.

La figura de José Batlle y Ordóñez, fue fundamental, pero su poder surgió y creció dentro del Partido Colorado y no fuera de él. Como contrapartida, el partido no dependió totalmente de Batlle como caudillo-jefe de Estado para realizar las transformaciones sociales y políticas. El carácter democrático que tuvo el sistema partidario uruguayo fue una nota original en el contexto latinoamericano, y un elemento fundamental que definió el Uruguay político (Lissidini, 2002: 353).

Partindo da chave partidocêntrica destes autores, surge a reflexão acerca da atual falta de lideranças femininas na política uruguaia. O caso, entre outros, de Elisa Carrió ou Isabel Perón na Argentina ou de Luisa Erundina ou Marta Suplicy no Brasil suscitam a pergunta de por que no Uruguai é tão difícil consolidar lideranças femininas. Tal vez a resposta a essa questão possa ser encontrada na própria lógica da vida partidária, levando em conta que as mulheres se destacam mais por posições pessoais do que pela militância no partido.

Quanto à mobilização das mulheres as historiadoras Graciela Sapriza e Silvia Rodríguez Villamil observam que,

No Uruguai, como em outras partes, se percebem prematuramente duas vertentes distintas de ação feminina, separadas por diferenças de classe que eram tanto econômicas como culturais. Por um lado se destacavam mobilizações de trabalhadoras organizadas a nível de associação ainda política. Por outro lado, surgem e se desenvolvem os grupos feministas, formados por mulheres com educação superior (professoras e universitárias) pertencentes às classes média e alta (Rodríguez Villamil y Sapriza, 1987: 214).

Dentre os principais temas que ocupam as mulheres nas primeiras décadas do século XX destacam-se as lutas pela paz mundial¹, a educação das mulheres e o livre acesso ao exercício das profissões liberais, a regulamentação da prostituição (que acarreta uma crítica à “dupla moral sexual”), o direito das mulheres sobre seu próprio corpo e a defesa das mães solteiras.

Em termos de legislação², as primeiras décadas do século XX são fundamentais para as mulheres uruguaias, pois fixam as bases jurídicas e legitimam, através do direito, muitas das lutas que mais tarde haveriam de ser vencidas no terreno social e cultural. Sobre esse assunto, em um trabalho sobre a participação política das mulheres, Nea Filgueira afirma:

Aunque vistos en perspectiva los logros vía la legislación no aparezcan como transformadores de las prácticas sociales y políticas de la mayoría de las mujeres, ni hayan supuesto una redefinición de buena parte de las relaciones de género, deben interpretarse por lo que en su momento significaron. Es a partir del reconocimiento de la calidad de sujetos de derecho y ciudadanas, que las mujeres nos pudimos plantear, incluso a vía de excepción, una participación social y una redefinición de las relaciones de género que sin esos logros nos estaban vedadas. Desde entonces ni la política, ni el derecho (poderosas fuentes de legitimación)

¹ Nesta conjuntura histórica, não podemos esquecer a Primeira Guerra Mundial e os regimes ditatoriais europeus em ascensão.

² Nesta época, é implementado o divórcio “por causal” (1907) e pela única vontade da mulher (1913) e, no terreno da legislação do trabalho, são criadas uma série de normas que contemplam a presença das mulheres nas fábricas e espaços de trabalho que, até então, viam-se como exclusivamente masculinos.

servirán para dar por sentado un status subordinado. Otros procesos y otras formas de dominación serán las que puedan explicar las desigualdades y discriminaciones que nos afectan (Filgueira, 1989: 3).

Pode-se concluir dessa primeira época histórica que há um forte impulso em termos de conquista de direitos, bem como uma mobilização acompanhada pela legislação, ficando, esta última, “adormecida” até inícios do presente século, no qual – na Legislatura anterior e na atual (2000-2004 e 2005-2010) – são revisadas e debatidas leis como a da despenalização do aborto³ e a lei que regula as uniões concubinárias⁴, provocando um novo impulso, tanto no movimento de mulheres quanto na legislação nacional, ao revisar os conceitos de família e colocar no debate público assuntos relativos aos direitos das mulheres.

2.2 As décadas de 40 e 50

Na década de 40 e no período de pós-guerra, o Uruguai vive uma situação de prosperidade no âmbito econômico e de volta ao batllismo⁵ como regime político, encarnado no protagonismo de Luis Batlle Berres, eleito Presidente da República, e que consolida o que foi chamado de neobatllismo. Trata-se de um período especialmente bem lembrado pelos uruguaios e que inclui como episódio social o triunfo da seleção de futebol na Copa do Mundo celebrada no Maracanã em 1950.

³ No Uruguai, o debate social e político em torno do aborto se retoma com a redemocratização 1985. Desde essa data, a cada Legislatura, há um projeto de lei que tenta alterar a lei vigente que penaliza o aborto desde 1938. Quando começam a ter lugar as primeiras mobilizações na década de 80, o aborto constituía um tema tabu. Na atual Legislatura, foi apresentado um novo projeto junto à Câmara dos Senadores em outubro de 2007. Em 6 de novembro, com 18 votos a favor e 13 em contra, foi aprovado pela Câmara Alta, passando para sua discussão na Câmara dos Deputados.

⁴ Esta lei foi aprovada em 18 de dezembro de 2007 e estabelece direitos para aquelas pessoas que tenham mantido relações de vínculos afetivos, conforme uma série de requisitos, tendo acesso a direitos próprios do vínculo conjugal sem ter contraído matrimônio civil. Esta lei também prevê a possibilidade de amparo para casais de pessoas do mesmo sexo.

⁵ Como já foi assinalado, a designação deste período histórico faz referência ao Presidente José Batlle y Ordóñez, eleito em 1903 e reeleito em 1911. Durante seus mandatos, o Uruguai toma forma de Estado moderno, Estado de bem-estar e de integração social, como balizadores da sociedade. Luis Batlle Berres, seu sobrinho, é eleito presidente em 1946 e, mais tarde, presidente do Conselho Nacional de Governo entre 1955 e 1956. Dessa forma, dá certa continuidade ao projeto de país moderno e desenvolvido que seu tio impulsionara cinco décadas antes.

Ainda que neste período se observem os níveis mais altos de bem-estar no país, com números de exportações extraordinários e com um forte impulso ao sistema de substituição das importações, sabemos que, justamente, em épocas de prosperidade e redistribuição de riquezas, se dá uma tendência à desmobilização social. Isso afetou os movimentos de mulheres, transformando a palavra “feminismo” em um “palavrão” e consolidando o *mito da igualdade* entre homens e mulheres em base ao Direito, principalmente através de leis de trabalho e sociais. Assiste-se, assim, à desaparecimento do debate sobre a questão feminina e à desmobilização de organizações que trabalham esses temas. No entanto, embora se constatem avanços no campo das leis, ignoram-se as bases materiais necessárias para que as mulheres possam exercer plenamente os direitos adquiridos. Um dos principais problemas que as historiadoras destacam neste período é a ausência de modificações nas normas sociais e culturais, apensar de que a base legal estava estabelecida para a mudança nas relações de gênero na sociedade uruguaia.

Neste período da história uruguaia, no qual o Estado e suas instituições adquirem forte vigor, é mantida a continuidade histórica dos mesmos partidos políticos no sistema, dando-se uma profissionalização precoce de seus quadros e de suas organizações burocratizadas. Isso pode ter significado um problema a mais para a incorporação das mulheres à política após de ter concedido o direito à participação (Filgueira, 1989). É possível que muitas mulheres, no período posterior ao outorgamento da cidadania, tenham “ficado no caminho” em suas tentativas de fazer carreira política, por não se adequarem aos modelos de comportamento esperados. O comportamento “feminino” não condizia com o papel de político e o comportamento típico de um político era considerado impróprio em uma mulher. Causa espanto que, após ter decorrido mais de meio século desse período histórico, legisladores de hoje no Uruguai pensem dessa mesma forma, considerando que as mulheres não estão preparadas para a política, ou que, no caso de integrar-se ao trabalho político, devem fazê-lo desde as áreas mais próximas da população, nos assuntos que têm a ver com os cuidados e a sensibilidade social, já que essas

dimensões são consideradas uma extensão das tarefas da reprodução familiar (Scuro, 2003).

Em contraste ao verificado no campo político, esta é a época em que as mulheres se integram ao mercado de trabalho em forma massiva e ao sistema educativo, tanto básico quanto universitário, consolidando-se nesses espaços sociais e tornando-se, assim, precursoras tanto em nível regional quanto mundial. Essa situação de integração ao âmbito de trabalho e ao sistema educativo e não ao sistema político e aos espaços de tomada de decisões constitui uma das preocupações centrais do presente trabalho de pesquisa.

Por outro lado, cabe destacar a importância dos partidos políticos no Uruguai. Estes constituíram-se, ao longo da vida democrática, no canal por excelência de acesso ao âmbito político, sendo que a ampla maioria de conflitos nacionais, políticos, sociais e econômicos passam pela órbita de decisão partidária. Essa é uma singularidade que os analistas políticos convencionaram chamar de partidocentrismo (Caetano, 2001). Isso significa que a centralidade dos partidos na vida política e como espaços de trajetória política por excelência dos parlamentares leva a que se preste especial atenção, tanto aos lugares das mulheres nos partidos quanto às posições que elas ocupam nas listas de votação elaboradas nas instâncias internas dos partidos e grupos políticos uruguaios.

2.3 A situação política a partir dos anos 60 e o lugar político das mulheres

O período político uruguaio de finais da década de 60 e inícios de 70 é conhecido como o “pachecato”. Jorge Pacheco Areco foi eleito vice-presidente da República nas eleições de 1966 e assume a Presidência com a morte do Presidente Gestido, em 1967. Esses últimos anos da década são marcados por forte repressão, perseguição política e o surgimento da guerrilha urbana. O Presidente declara estado de guerra interna e começam as desapareições forçadas, seqüestros e prisões por motivos políticos e de “subversão”. Conforme estudos históricos, a guerrilha teria

dado seus primeiros passos em inícios dos anos 60, quando o país ainda permanecia alheio à confrontação que se viveria alguns anos depois. Em finais da década de 60, o Movimiento de Liberación Nacional –MLN-Tupamaros– tinha-se transformado na guerrilha urbana mais importante do mundo, colocando em xeque à Polícia com golpes espetaculares, seqüestros, assaltos e fugas carcerárias.

En la segunda mitad de los años 60 y comienzos del 70, el país se vio agitado por convulsiones sociales, paros, huelgas, movilizaciones estudiantiles y sindicales, que fueron respondidas con fuerte represión. Las calles se transformaron en el escenario de choque entre manifestantes y policías, en un espiral de violencia que parecía incontrolable (Lessa, 2003: 17).

Nas eleições nacionais de 1971, o Partido Colorado obtém a Presidência da República, por uma margem muito ajustada de votos com respeito ao Partido Nacional (12.802 votos), o que provoca um clima de desconfiança e de atribuição de certa falta de legitimidade ao novo governo presidido por Juan María Bordaberry, um homem sem muito carisma que tinha sido Ministro da Agricultura no período anterior. Em um contexto no qual a cúpula militar ganha poder dia após dia, as eleições acarretam um clima de tensão e não legitimam o presidente eleito. Ao mesmo tempo, a coalizão de esquerda obtém uma votação que a coloca como “o terceiro em discórdia”, o que produz a intensificação da tensão e a radicalização da cena política.

Também em 1971 é fundado o *Frente Amplio*, coalizão de esquerda que reúne a uma série de partidos e grupos políticos que não tinham atingido um peso forte no cenário da política institucionalizada até esse momento. Assim, o *Frente Amplio* obtém algo mais de 300.000 votos (cerca de 15% do eleitorado), rompendo com o bipartidismo tradicional. “Según el criterio numérico, Uruguay tuvo solo dos partidos relevantes hasta 1971 (...) hasta la creación del *Frente Amplio*, las terceras opciones nunca obtuvieron, sumadas, más del 10% de los votos. Después de 1971, el país se transformó en un multipartidismo moderado” (Moreira, 2004: 19).

Em 27 de junho de 1973, as Forças Armadas invadem o Parlamento e o Presidente da República dissolve as Câmaras. O governo ditatorial militar durará de 1973 até 1985, data em que o Dr. Julio María Sanguinetti assume a Presidência após as eleições de novembro de 1984. Eleições essas que não podemos considerar absolutamente livres, porquanto muitos dirigentes e políticos importantes estavam proscritos e outros tantos encontravam-se no exílio sem condições de regressar ainda ao país. O golpe de Estado no Uruguai não pode ser explicado em base a um só motivo, mas por uma confluência de vários elementos.

Mucho se ha hablado ya de las causas económicas y sociales producto de la quiebra de un modelo que comenzó a hacer agua en los años 50, afectando la estabilidad de un país acostumbrado a (...) “las vacas gordas”. También se ha hablado del peso de grupos empresariales que temían un cambio que los perjudicara, así como del contexto internacional en el que Uruguay quedó, en buena medida, como rehén de la guerra fría. Es evidente que sectores de la izquierda y la guerrilla contaban con apoyo soviético y cubano, como resulta claro que Estados Unidos empujaba en sentido inverso y avaló un proceso que terminó con el golpe de Estado (Lessa, 2003: 22).

À diferença dos países vizinhos do Cone Sul (e talvez em uma situação mais semelhante à da Argentina), o Uruguai, durante a ditadura, experimentou uma profunda degradação de sua economia. Em contraste com outros países da região como o Chile – onde os governos militares pareceram dar maior atenção à dimensão econômica –, o Uruguai passou por uma forte deterioração de sua economia, situação à que não estava acostumado e que marcou um profundo contraste em relação às décadas de 40 e 50. Isso implicou que muitas mulheres, já exploradas e exaustas devido ao trabalho doméstico e à falta de serviços estatais para a reprodução social, tivessem que sair ao mercado de trabalho, gerando a famosa “jornada dupla” em busca de salários que complementassem a economia do lar.

O governo militar no Uruguai não intervém na erradicação da pobreza crítica como em outros países em que são desenvolvidos programas focalizados na extrema pobreza (caso do Chile), por considerar que os instrumentos redistributivos não apenas eram inúteis, como poderiam também acarretar efeitos prejudiciais. (Aguirre,

1991) A desconfiança permanente e a suspeita em face de qualquer mudança na sociedade despertava na cúpula militar os raciocínios mais absurdos. Qualquer processo de redistribuição ou melhoras nos níveis de vida podia ser associado a insurreições subversivas ou a focos de críticas ao sistema.

Com a crise econômica⁶, a confrontação social e política, a quebra institucional de 1973 e a ditadura, as mulheres uruguaias encontram canais para as reivindicações de gênero em coincidência com processos tendentes a recuperar e aprofundar a democracia. Junto com uma série de mobilizações que estão tendo lugar na região e no mundo, as mulheres uruguaias agrupam-se e organizam-se procurando melhorar as condições de vida e almejando a liberdade e a possibilidade de expressão. Algumas delas agem desde a clandestinidade. O Grupo de Estudos sobre a Condição da Mulher no Uruguai – GRECMU– estabelece, em um de seus documentos:

Es así que somos la mayoría de la población, gozamos de libertad para el consumo de anticonceptivos, aunque el aborto sigue siendo ilegal, nos hemos incorporado masivamente al empleo, más que por libre opción por necesidad frente al deterioro de los ingresos (...) tenemos menos hijos y nos divorciamos más, somos un porcentaje importante entre los grupos más pobres, casi todas hemos sufrido el deterioro de las condiciones de vida, lo que nos ha obligado a implementar estrategias familiares con alto incremento de nuestra jornada de trabajo –afuera y adentro- por la ausencia de servicios que asuman las tareas de reproducción social como una responsabilidad de todos, y hasta algunas hemos transitado el exilio, la cárcel y la tortura (Filgueira, 1989: 7-8).

Segundo o testemunho de mulheres, as mudanças na vida cotidiana, o confronto, a instabilidade, o autoritarismo, a crise econômica e a perda da identidade cidadã que implicou a ditadura conduzem a uma re conscientização, o que, por sua vez, promove a organização em torno de certas demandas:

⁶ Um dos indicadores mais reveladores desta crise mostra a queda do salário global de trabalhadores e trabalhadoras; tomando como índice 0 os salários de 1968, estes reduziram-se em 50% até 1984, em um contexto de franca redução do gasto público social.

Desde los espacios en que se intentaba resistir al modelo político de sociedad que el autoritarismo nos quería imponer, las mujeres empezamos a organizarnos. Primero por que no nos gustaba la tutela permanente que nos querían imponer, ni para nosotras ni para nuestras familias, ni para el futuro de nuestros hijos. Segundo, porque advertíamos que esa oposición no manifiesta públicamente, la compartíamos muchas. Tercero, porque habíamos perdido el temor y ahora, estábamos más bien furiosas (Filgueira, 1989: 10).

Em um artigo publicado no livro *Memorias para Armar*, coleção de testemunho de mulheres presas e exiladas políticas, a historiadora Graciela Sapriza afirma que durante os doze anos de governo militar uruguaio, sessenta mil pessoas foram detidas, seqüestradas, torturadas ou processadas pela justiça militar. Aproximadamente seis mil pessoas foram prisioneiras políticas; cento e vinte cidadãos uruguaioes desaparecem, muitos dos quais tinham sido seqüestrados na Argentina, onde tentaram refugiar-se; treze crianças desaparecem e mais quatro, possivelmente, nascem em cativeiro (Sapriza, 2003). Esses números resultam surpreendentes para um país de apenas três milhões de habitantes.

A quebra das instituições democráticas, a ilegalização dos partidos, o desmantelamento dos sindicatos produzem uma “privatização da política”. A participação, o debate e intercâmbio político começam a ter lugar, não mais nas ruas, bares, clubes sociais ou sedes partidárias, mas nas casas, na vizinhança ou em algum canto escondido; esses passam a ser os espaços por excelência para essas práticas.

Esta dimensão da política será retomada no capítulo de análise do trabalho de campo, na seção de Militância e ditadura, junto com os testemunhos das legisladoras.

Em 1985 assume o primeiro governo democrático após a ditadura, o que produz uma inquietação e muitas expectativas de mudança na sociedade uruguaia. Conformam-se diferentes grupos de trabalho para pensar o país e seu futuro. Organizações sociais e partidos políticos discutem os lineamentos das políticas em

todas as áreas. É instaurado um dos espaços de debate e elaboração programática mais interessante da história política uruguaia: a CONAPRO, *Concertación Nacional Programática*. Participaram do mesmo, representantes dos mais diversos setores da sociedade com vistas a estabelecer uma linha comum de condução do país para o curto, médio e longo prazo. E, com isso, começa uma nova etapa para as lutas das mulheres uruguaias.

3. FERRAMENTAS TEÓRICAS PARA A COMPREENSÃO DO CONCEITO DE GÊNERO

3.1 O conceito de gênero

Partindo de uma conceitualização *tradicional*⁷, o conceito de gênero faz referência a uma noção construída socialmente decorrente do que as pessoas em sociedade estabelecem que devam ser os padrões de comportamento para um e outro sexo reconhecidos e legitimados na espécie humana. Ainda que essa noção tenha como origem uma diferença sexual, a mesma coloca, nessa diferença, questões axiológicas que transcendem os temas da biologia, redundando na cultura e na convivência social. Padrões e condutas que são esperados de homens ou mulheres inculcados desde sua primeira socialização são os elementos que constituem o conceito de gênero. O mesmo inclui também aqueles estereótipos que estabelecem *o que está certo e o que está errado*, o que é desejável que um homem ou uma mulher façam. Sem dúvida, junto com essas construções sociais que indicam modos de interação, conjugam-se tarefas e papéis que, devido a sua profunda penetração na estrutura de relações, marcam o que é *próprio das mulheres* e o que é *próprio dos homens*.

Uma das pensadoras precursoras na problematização destes assuntos e preocupada com o desvendar da dimensão cultural do ser mulher foi a francesa Simone de Beauvoir, quem, em 1949, com a publicação de seu livro “O segundo sexo”, mobilizou os intelectuais de sua época, transformando o movimento de mulheres. Esta autora aponta que as características humanas consideradas femininas são adquiridas em um complexo processo individual e social, não derivando-se naturalmente do sexo (Beauvoir, [1949]).

⁷ O termo “tradicional” é utilizado neste caso sem desconhecer que, na atualidade, há várias discussões entre as teóricas feministas que revisam a conceitualização de gênero questionando a idéia de corpo e biologia como elementos *dados*, e de cultura, papéis e comportamentos como elementos construídos. Consideramos, porém, que não constitui objeto de desta dissertação levantar essa discussão. A despeito disso, não se pode deixar de mencionar que ela existe, sendo, uma das principais debatedoras, a filósofa Judith Butler.

Assim, por exemplo, são naturalizadas idéias tais como que todas as mulheres devem ser boas mães ou que elas estão melhor preparadas biologicamente para os afetos e a reprodução familiar. Isso reflete-se no fato de que lhes sejam atribuídas como próprias tarefas relativas à esfera doméstica, aos cuidados familiares e a tudo o relacionado com a reprodução social das famílias. Dessa forma, as mulheres tomam como próprios esses âmbitos, adquirindo desde muito pequenas perícia nesses espaços e assumindo que são elas as que deverão organizá-los, conduzi-los e levá-los adiante. Por outro lado, os homens assumem também essa divisão e reconhecem seus espaços em outros lugares como são os da vida pública, a política, a economia ou a ciência. Nessa mesma linha de pensamento, Beauvoir assinala que,

Economicamente, homens e mulheres constituem como que duas castas; em igualdade de condições, os primeiros tem situações mais vantajosas, salários mais altos, maiores possibilidades de éxito que suas concorrentes recém chegadas. Ocupam, na indústria, na política, etc. maior número de lugares e os postos mais importantes. (...) No momento em que as mulheres começam a tomar parte na elaboração do mundo, esse mundo é ainda um mundo que pertence aos homens. Eles bem o sabem, elas mal duvidam (Beauvoir, [1949] p. 19).

Conforme a antropóloga Sonia Montecino, o conceito de gênero foi cunhado por pesquisadores devotados ao estudo das disfunções sexuais. “La pregunta que ellos se formularon se vinculó al hecho de que habiendo las mismas disfunciones (por ejemplo, hermafroditismo) en los sujetos, cada uno definía su identidad de manera diferente” Assim, descobrem que as identidades de mulher e homen, dependem mais das formas em que os individuos são socializados e da identidade dada pelos pais do que pelos dados biológicos ou hormonais (Montecino, 1996: 20).

Esta marcada cisão entre corpo biológico e constructo social foi útil, em um primeiro momento, para as lutas de feministas que pretendiam desvendar a subordinação sexual baseada em fundamentos biológicos. No entanto, autoras centrais na teoria feminista – como a historiadora Joan Scott – voltaram seus olhos para a profunda dimensão relacional do conceito de gênero. Partindo de algumas idéias foucaultianas

de poder, Scott revisa a noção de gênero à luz do que denomina “relações significantes de poder”.

Segundo Scott, gênero significa conhecimento/saber sobre a diferença sexual. Seguindo a linha analítica de Foucault, para quem o conhecimento/saber se constitui através do que se entende nas culturas e sociedades, a autora refere-se, neste caso, ao entendimento produzido sobre as relações entre homens e mulheres. “Knowledge is a way of ordering the world; as such it is not prior to social organization, it is inseparable from social organization”. De acordo com esta afirmativa e aplicando-a à análise de gênero, este faz referência à diferença sexual na ordem social. “...gender is the knowledge that establishes meanings for bodily differences. These meanings vary across cultures, social groups, and time since nothing about the body, including women’s reproductive organs, determines univocally how social division will be shaped” (Scott, 1999a: 2).

Assim, gênero é uma categoria social imposta sobre corpos sexuados. O uso dessa categoria coloca em evidência um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado por ele.

Gender (...) means knowledge about sexual difference. I use knowledge, following Michael Foucault to mean the understanding produced by cultures and societies of human relationships, in this case of those between men and women. Such knowledge is not absolute or true, but always relative. (...) Its uses and meanings become contested politically and are the means by which relationships of power –of domination and subordination- are constructed. Knowledge refers not only to ideas but to institutions and structures, everyday practices as well as special rituals, and all of which constitute social relationships” (Scott, 1999a: 2).

Por tanto, o gênero possibilita descobrir o significado que culturas e ordens sociais atribuem aos diferentes sexos, bem como compreender as relações construídas entre os mesmos no contexto da convivência humana. Para a autora supracitada, existem quatro elementos principais que constituem o gênero em uma determinada sociedade, a saber:

- a) os símbolos e mitos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas e freqüentemente contraditórias;
- b) os conceitos normativos que manifestam as interpretações dos significados dos símbolos. Esses conceitos expressam-se em doutrinas religiosas, educativas, científicas, legais e políticas que afirmam categórica e univocamente o significado de homem e mulher, masculino e feminino;
- c) as instituições e organizações sociais das relações de gênero como, por exemplo, o sistema de parentesco, a família, o mercado de trabalho segregado por sexos, as instituições educativas, a política;
- d) as identidades subjetivas, isto é, a forma em que as identidades de gênero são construídas substancialmente e a forma pela qual elas se relacionam com as atividades, organizações sociais e representações culturais do contexto histórico específico.

Por outro lado – e como já foi dito acima –, Scott considera o conceito de gênero como uma forma primária de relações de significantes de poder; em outras palavras, o campo primário no qual ou por meio do qual o poder se articula. “El género no es el único campo, pero parece haber sido una forma persistente y recurrente de facilitar la significación del poder en la tradición occidental, judeocristiana e islámica” (Scott, 1999b: 64)

Tomando como base algumas das idéias de Bourdieu, Scott assinala que os conceitos de gênero estabelecidos como um conjunto objetivo de referência estruturam concreta e simbolicamente a percepção e a organização de toda a vida social. Na medida em que essas referências estabelecem distribuições de poder – um controle diferenciado sobre recursos materiais e simbólicos ou um diferente acesso aos mesmos –, o gênero está implicado na própria concepção e construção do poder.

3.2 Sistemas de Gênero

Outro conceito fundamental nas teorias de gênero é o de sistema de gênero, que remete àqueles pressupostos e idéias que as pessoas têm acerca dos gêneros e que são aplicados na interação entre as mesmas. A categoria analítica *sistema de gênero* aponta para o âmbito de relacionamento que se dá entre homens e mulheres, bem como para a forma em que eles “gerenciam” suas idéias e expectativas sobre a ação própria, enquanto homens ou mulheres, e sobre a esperada do outro ou outra semelhante ou diferente. Segundo Aguirre, é possível analisar os sistemas de gênero como sistemas de poder decorrentes de um conflito social que implica o poder superior dos homens legitimado pela ideologia.

Los sistemas de género están constituidos por relaciones de poder, prácticas, creencias, valores, estereotipos y normas sociales que las sociedades elaboran a partir de la diferencia sexual. Cumplen un importante papel como estructuradores de diferentes dimensiones de la realidad social, económica, política, simbólico-cultural (Aguirre, 1998: 31).

Tendo em vista os elementos constitutivos de um sistema de gênero é que nos perguntamos como são as relações de gênero no âmbito parlamentar e qual é o grau de importância que as próprias legisladoras atribuem às mesmas em seu trabalho cotidiano. Se no Parlamento homens e mulheres se relacionam (as últimas em franca minoria), sendo que a luta, em várias oportunidades, é pelo poder político, então é possível afirmar que o espaço parlamentar pode ser visto como um sistema de gênero. Embora nem sempre as lutas sejam explicitamente de gênero, e apesar de os assuntos parlamentares não necessariamente responder às lutas de gênero, nem por isso elas permanecem alheias a essa dimensão e, por conseguinte, à construção social em torno do ser homem ou mulher. Se bem que possamos pensar que a luta no Poder Legislativo passa – em termos de Bourdieu – pelo capital específico que seja legitimado e – em termos mais pragmáticos – pelas diferentes batalhas político-partidárias ou ideológicas, esses processos envolvem irremediavelmente pessoas que os efetivam, sendo que essas pessoas são homens e mulheres e encontram-se

inseridas em uma sociedade onde existem crenças, práticas e normas para uns e para outras.

Por que o Parlamento? Porque se considera que é um espaço de interação de substancial protagonismo político. Ainda com as tentativas presidencialistas que vêm experimentando os governos latino-americanos nas últimas décadas, o Uruguai conserva no Poder Legislativo um lugar de articulação política privilegiado. Por outro lado, os legisladores parecem ser os encarregados do discurso político. O próprio termo *Parlamento* alude à ação discursiva. “De los tres poderes del Estado, el Legislativo es el lugar privilegiado de la expresión, el enfrentamiento y la concentración entre las fuerzas políticas, y por lo tanto el espacio público por excelencia. (...) El Poder Legislativo constituye el lugar de la representación de la ciudadanía en el Estado” (De Barbieri, 2003:18). Deste ponto de vista, considera-se que o espaço parlamentar propicia a representação e – valha a redundância – é o espaço dos e das representantes. Embora o enfoque deste trabalho parta da observação de uma falta de equidade no âmbito político, poderíamos repetir a formulação do paradoxo e perguntar-nos por que em um espaço de representação há apenas 12% de mulheres, sendo que elas são mais da metade da população do país e também mais da metade do eleitorado e da população passível de ser votada. Estas são algumas das interrogações-chaves que deverão ser desenvolvidas quanto às questões teóricas que esta pesquisa se propõe.

3.3 A Divisão Sexual do Trabalho

No que se refere à Divisão Sexual e Social do Trabalho (DSST), consideraremos aquelas práticas, costumes, crenças e saberes das pessoas em uma sociedade com respeito a todas as atividades consideradas trabalhos. Quando se observa a DSST apresentada por uma determinada sociedade, está sendo considerado como esta organiza seus membros e que tarefas são realizadas por cada um e cada uma para gerar certo produto, seja material ou imaterial. Desta perspectiva teórica da DSST, não se pretende atender exclusivamente ao trabalho intercambiado no mercado de

trabalho. Embora este faça parte fundamental da divisão social e sexual do trabalho, o conceito é bastante mais abrangente e convoca para a análise sociológica a questão daquelas funções desempenhadas em uma sociedade para que esta mantenha ativas as principais “engrenagens” da vida social. Aquelas tarefas que têm a ver com a produção, mas também com a reprodução (pessoal e social) e o suporte afetivo das pessoas, estão imersas na divisão sexual do trabalho em uma sociedade, gerando saberes e costumes que vão sendo transmitidos através de uma forte linha que conecta diferentes gerações de mulheres e homens que dividem um tempo e um espaço com as tarefas que se consideram atribuíveis a umas e outros.

Variáveis do ciclo de vida, como ter filhos ou não (ou pensar em tê-los), a situação familiar, o fato de ser responsável ou não pelas tarefas domésticas de um lar, todas essas posições têm uma estreita ligação com a participação das mulheres no mercado de trabalho. Essas variáveis incidem de forma relevante sobre as histórias de trabalho, acadêmicas e políticas das mulheres e isso responde à estrutura de divisão social e sexual do trabalho que uma sociedade estabelece, bem como aos espaços que a mesma reserva, de alguma forma, à presença exclusiva dos homens. Não há dúvidas de que o espaço político no Uruguai tem estado reservado aos homens, não tendo fomentado a participação das mulheres em forma explícita. Quando nosso Estado tem olhado para as mulheres, tem-no feito da perspectiva da maternidade (ou da mulher/mãe), oferecendo ali proteção social com, por exemplo, licenças por maternidade, atribuições de recursos econômicos etc., mas pensando principalmente no modelo de mulher/mãe (Aguirre, 1997).

O campo da política tem sido, talvez, o âmbito mais excludente para as mulheres. Uma das grandes dificuldades nesse sentido tem residido no fato de que, muitas vezes, as mulheres não têm consciência das relações desiguais e de subordinação por estarem inseridas em um sistema dominante de percepções e representações que atribui papéis diferentes a homens e a mulheres na divisão sexual do trabalho, apresentando-se as mesmas, aparentemente, muito coerentes de um ponto de vista pragmático. A definição do que é considerado feminino e masculino pelos discursos

dominantes tem o efeito de construir subjetividades, como vimos na definição que propõe Scott. A eficácia das representações dominantes, no âmbito da política, tem se expressado na exclusão das mulheres em função da histórica separação entre as esferas pública e privada, de acordo com a qual o certo é que as mulheres se ocupem do espaço que constitui o privado (o doméstico, a reprodução, a criação dos filhos) e que, pelo contrário, os homens habitem e governem o espaço público (Mosquera Andrade, 2006).

4. A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES: ALGUNS DADOS COMPARATIVOS. O URUGUAI, O BRASIL E A REGIÃO

Este capítulo tem como objetivo delinear um panorama da situação das mulheres no campo da política na região. Por isso, o conceito de sistema de gênero constitui uma ferramenta teórica relevante para analisar o referido campo. Em um de seus estudos sobre “Género y Trabajo parlamentario”, Teresita de Barbieri aponta que, tanto as definições de cidadania quanto as práticas concretas, inclusive as mais irrelevantes – como, por exemplo, os horários nos quais a política é exercida – são determinadas pela desigual relação entre homens e mulheres. A subordinação das segundas em face dos primeiros parece estar ancorada nas instituições reguladas pelo Estado. De Barbieri propõe que, para superar essa desigualdade, é preciso levar o problema em todas suas dimensões ao âmbito público, espaço onde são “ventiladas” e debatidas as questões fundamentais da sociedade e no qual são esboçadas as soluções e traçados os caminhos. “Esto significa que el Estado, la política y lo político pueden ser analizados como espacios de expresión del conflicto entre géneros” (De Barbieri, 2003: 14).

Em um artigo sobre relações de gênero no campo político, a cientista social Alinne Bonetti, assinala que “Afirmar que o campo político é um espaço semântico eminentemente masculino implica considerar os valores que o compõem e os seus atributos de gênero. Significa, ainda, afirmar que tais atributos, que o dotam de sentido, são culturalmente associados ao masculino” (Bonetti, 2003: 184).

Cabe apresentar aqui o que Bourdieu entende por campos a fim de compreender o espaço de interação no qual se inserem as mulheres que optam pela carreira política. Conforme o autor francês, um campo pode ser definido como uma rede ou configuração de relações objetivas entre posições. Estas são definidas objetivamente em sua existência e nas determinações que impõem a seus ocupantes pela sua situação atual e potencial na estrutura da disposição dos diferentes tipos de poder ou capital. Essas posições diferenciadas implicam diferente acesso aos ganhos

específicos do jogo dentro do campo. O próprio Bourdieu esclarece que é absolutamente indispensável para o sucesso dos agentes a adesão às regras do jogo dentro do campo (Bourdieu, 1989; 1995).

Esta teoria que propõe um modo de ver o mundo político e, mais especificamente neste caso, o âmbito parlamentar, suscita em nós a forte pergunta de como “jogam” as mulheres ao ingressar ao mesmo e que identidades são reificadas e legitimadas no campo político que, muitas vezes, colocam-nas em lugares e posições de clara desvantagem em relação a seus colegas homens.

Se bem que a luta no Poder Legislativo passa, em termos de Bourdieu, pelo capital específico que seja legitimado, e, em termos mais pragmáticos, pelas diferentes batalhas político-partidárias ou ideológicas, esses processos, irremediavelmente, envolvem pessoas que os efetivam, sendo que essas pessoas têm sexo e estão inseridas em uma sociedade onde existem crenças, práticas e normas destinadas a quem é homem e a quem é mulher.

Como a própria Bonetti assinala – na esteira de Butler –, o campo político não é alheio à ordem instaurada de gênero e, portanto são instituídas regras que têm a ver com esse sujeito masculino ocidental que ostenta atributos tais como força, agressividade, virilidade (Bonetti, 2003). Ainda que a política se constitua em um campo próprio, não foge à lógica de gênero, e o acesso a ela requer aprendizagens, domínio de códigos, técnicas e relações que lhe são próprias e que carregam um signo de gênero que inclui e exclui os indivíduos conforme seja sua resposta a esses requisitos.

4.1 O Uruguai, o Brasil e a Região

Nas últimas décadas do século XX foi reinstaurada a democracia, após vinte anos de longas e duras ditaduras na região. O principal signo da redemocratização são as eleições competitivas periódicas. Elas legitimam a origem dos governos nacionais e

vêm se estendendo como mecanismo de participação cidadã. A amplitude e continuidade das eleições como forma de resolução de conflitos acerca de quem e como se deve governar não têm precedentes na história da região. A dimensão eleitoral da legitimidade dos governos é, possivelmente, o aspecto mais positivo das novas democracias latino-americanas (Barreiro et al., 2004).

A despeito dessa reflexão sobre as democracias, existe ainda em nossa região um grande déficit na representatividade deste sistema político. Embora as mulheres representem um pouco mais da metade da população com direito ao voto, sua presença nos espaços políticos de decisão não atinge o mesmo número. Segundo algumas analistas sociais, “Desde el feminismo se han realizado críticas a la democracia realmente existente, aunque se ha destacado también una postura a favor de la democracia y una oposición a diversas formas de autoritarismo. La principal crítica radica en la exclusión de las mujeres” (Op. Cit., 2004: 14).

Existe uma linha de análise que trata dessa exclusão das mulheres do campo político e que apresenta duas possíveis causas ou hipóteses nas quais essa exclusão se conjuga. Por um lado, a que faz referência à cultura política, aos valores e ao *como fazer política*; e por outro lado, a hipótese que focaliza a dimensão institucional, relacionada com as normas, regulamentos e requisitos legais para o ingresso ao mundo da política (Moreira, 2001).

No trabalho realizado pela Comissão Econômica para a América Latina, “Sistemas electorales y representación femenina em América Latina”, coloca-se que os obstáculos analisados para a inclusão das mulheres nos cargos eletivos estão ligados, tanto à cultura política quanto às práticas nos espaços políticos. A esses obstáculos vem somar-se uma idéia restrita de democracia entre os setores já estabelecidos, em função da qual se assume que os mecanismos de ação positiva afetam o princípio de igualdade, embora já esteja demonstrado que a igualdade legal não se condiz com a real. Isso quer dizer que a igualdade legal não tem resultado suficiente para atingir a igualdade real de alguns setores; no caso que nos ocupa, as

mulheres, que – lembremos – constituem mais da metade do eleitorado na América Latina.

No presente trabalho revisaremos algumas destas situações, tomando como insumos:

- a) Na dimensão institucional e da legislação, analisaremos informações sobre os sistemas eleitorais e a existência de medidas de ação positiva como as leis de cotas.
- b) Dentro da dimensão relativa à cultura política, analisaremos as opiniões de membros de organismos eleitorais nacionais, titulares de organismos reitores em políticas de gênero, mulheres políticas vinculadas ao movimento de mulheres e legisladores⁸.
- c) Para obter comparabilidade em nível macro entre os países utilizaremos indicadores produzidos pelo sistema das Nações Unidas como o Índice de Desenvolvimento Relativo de Gênero (IDG) e o Índice de Potenciação de Gênero (IPG).

4.2 Sistemas eleitorais e leis de cotas

Uma das primeiras características dos países estudados a ser destacada é a que diz respeito a sua organização política e territorialidade. Na América Latina – com exceção da Argentina, o Brasil, o México e a Venezuela, que são Estados federais – os Estados nacionais são unitários. No caso dos Estados federais, como o Brasil, existem unidades sub-nacionais com autonomia para governar e legislar em seu território. Além disso, esses países têm unidades territoriais menores denominadas municípios e que também contam com governos escolhidos através do voto popular.

⁸ Neste caso, os insumos provêm do trabalho de Line Barreiro, Oscar López, Clyde Soto e Lilian Soto, *Sistemas electorales y representación femenina em América Latina*. Unidade Mujer y Desarrollo. CEPAL, Santiago de Chile, 2004, e de um trabalho de minha autoria, *El discurso de los legisladores varones acerca del ingreso de las mujeres al Parlamento*. Departamento de Sociología, Faculdade de Ciências Sociais. Montevideu, 2003.

O outro grupo de países, onde o Estado é de tipo unitário – é o caso do Uruguai –, tem unidades administrativas menores chamadas departamentos, cujas autoridades são tradicionalmente designadas pelo Poder Executivo. O Uruguai e a Colômbia foram pioneiros, dentro deste grupo, na decisão de escolher por voto popular as autoridades departamentais, mas a legislação e as atribuições desses departamentos permanecem fortemente subordinadas às decisões do governo nacional ou central. Ainda que o Uruguai se encontre em um processo de descentralização política e que alguns de seus departamentos⁹ já constituam espaços de governos locais eleitos através do voto popular, o sistema é basicamente centralizador e contém muitas menos instâncias de competição eleitoral e de espaços locais de eleição popular. Isso poderia estar agindo contra a maior participação das mulheres, sendo que as instâncias são menos numerosas e que, em cada uma delas, a competição torna-se mais acirrada.

Nesse sentido, o âmbito local considera-se mais permeável às mulheres, fundamentalmente por causa do caráter cotidiano dos temas que ali se apresentam. Por outro lado, ao existir, no caso do Brasil, mais espaços de governo (local ou municipal, estadual e federal), as mulheres parecem ter mais facilidade para transitar no mundo político, uma vez que os governos municipais conformam gabinete em seus Executivos e, em várias oportunidades, são mulheres as designadas para ocupar cargos nas Secretarias da Saúde, Educação, Meio Ambiente e Assistência Social, principalmente. Essas instâncias de governo, como já foi apontado, têm autonomia e capacidade de legislar – desde que não entrem em contradição com a Constituição Federal, o que acontece em muito menor grau do que nos Estados unitários como o Uruguai.

Outra característica importante dos sistemas eleitorais é a relativa às formas de inscrição no registro civil e no padrão eleitoral. Neste caso, a literatura assinala dois

⁹ O Uruguai não é uma Federação, portanto a divisão política do território não é em Estados e sim por departamentos, os quais têm governos departamentais eleitos por voto popular (o Prefeito é a figura máxima do executivo departamental e Juntal Departamental é a denominação outorgada ao Poder Legislativo departamental)

modelos de elaboração de padrões eleitorais: a) aqueles realizados a partir dos dados proporcionados pelo registro civil ou pela instituição encarregada da documentação de identificação das pessoas e b) aqueles que requerem que as pessoas que preenchem os requisitos e têm a idade para votar se inscrevam em um organismo de registro eleitoral. O primeiro modelo, ao basear-se no Registro Civil Nacional, supõe uma cobertura universal e uma boa qualidade dos registros e da coordenação interinstitucional (Barreiro et al., 2004).

Tanto no Brasil quanto no Uruguai é aplicado o segundo modelo, fazendo com que cidadãos e cidadãs devam dar um passo a mais para sufragar além do correspondente a sua documentação. Um dos problemas que se destaca neste sistema é o de que muitas pessoas não contam com os documentos que lhes permitam posteriormente tirar o Título Eleitoral no Brasil ou *Credencial Cívica* no Uruguai. Isso faz com que a cobertura do Registro não seja universal. Por outro lado, no que se refere especificamente ao Brasil, existe a hipótese de que a maior parte das pessoas indocumentadas são mulheres, pois, geralmente, os homens saem do serviço militar com toda a documentação pessoal em dia (Op. Cit.).

A presença das mulheres na política também pode ver-se afetada pelas formas de apresentação das candidaturas e listas de votação. Nesse sentido, a candidatura pode ser individual ou por listas.

Existem três formas de listas: a) listas fechadas e bloqueadas, na qual o eleitorado vota por uma lista predeterminada pelos partidos e movimentos políticos de acordo com diferentes mecanismos e que ele não pode modificar. Os mecanismos de cotas mínimas para as mulheres foram pensados para este tipo de lista. b) Listas fechadas e não bloqueadas, nas que o eleitorado pode alterar a ordem das candidaturas na lista apresentada. Se bem que seja possível aplicar cotas a este tipo de lista, perde-se grande parte da eficácia, pois a ordem pode ser modificada pelo/a eleitor/a. c) Listas abertas, que permitem ir além dos limites partidários para escolher candidatos de partidos diferentes, conformando, o/a eleitor/a, a sua própria lista. No que se

refere às cotas, acontece algo similar ao caso anterior, mas a desvantagem aguça-se ainda mais, porquanto, na prática, a lista proposta pelo partido pode desaparecer se o/a eleitor/a aplicar todas as possibilidades que oferece o sistema de listas abertas.

Nos casos do Uruguai e do Brasil apresentam-se diferenças, visto que no Uruguai o sistema é de listas fechadas e bloqueadas, ficando, a apresentação das listas, totalmente a critério do partido político. A tradição política indica que a apresentação da lista tem um alto conteúdo simbólico e de adesão ao partido e, por isso, é comum ver listas de mais de 200 candidatos, sendo evidente que a probabilidade de sair eleitos é dada exclusivamente aos primeiros nomes da lista ou, como se diz em jargão político, aos “cabeças de lista”. Assim, para que uma lei de cotas nas listas alcançasse o efeito esperado no caso do Uruguai, a mesma deveria esclarecer que a percentagem de mulheres que for fixada deve ser apresentada na lista. Além disso, as candidatas mulheres devem estar posicionadas em lugares “elegíveis”, pois não é a mesma coisa participar de uma lista de candidatos no lugar 2 ou 1 do que no 30 ou 40. O Uruguai não tem nenhum sistema que assegure a presença das mulheres nas diferentes listas de votação. Dentro da Coalizão de Esquerda –*Frente Amplio*– apenas dois setores tomaram medidas internas para o fomento da presença das mulheres como candidatas: o Partido Socialista, que estabelece que o número de mulheres na lista apresentada deve ser igual à proporção de mulheres filiadas ao partido, e a *Vertiente Artiguista*, que, para as últimas eleições, estipulou que a cada três candidatos, ao menos um tinha que ser mulher.

Cabe destacar que durante os anos 2002 e 2003 foi debatido no Parlamento um projeto de lei de ações afirmativas, em que se estabelecia que as listas de votação não poderiam ser constituídas por mais de dois terços de candidatos/as do mesmo sexo. Embora este projeto de lei não tenha sido aprovado, o mesmo abriu um debate em alguns setores dos partidos políticos, promovendo entre as mulheres o impulso de medidas setoriais e partidárias, uma vez que a “luta” em nível de lei nacional não tinha sido vitoriosa. Em decorrência disso, alguns setores e listas de candidatos aplicaram essa medida de 30% de mulheres, alguns entre seus primeiros nomes (os

que têm mais chances de serem eleitos). Apesar disso, não se evidenciaram resultados positivos.

No Brasil, o sistema de candidaturas é de listas fechadas mas não bloqueadas e, portanto, existe uma margem maior de decisão para o/a eleitor/a de seus candidatos/as, o que, por sua vez, dificulta a regulamentação de cotas para as mulheres.

A participação na política institucional da mulher no Brasil tem sido muito tímida. Nas casas legislativas, federais, estaduais e municipais não tem passado de 10% (...) A partir de 1995 uma lei assegura a participação de um percentual de mulheres nas listas partidárias das eleições proporcionais para todos os níveis, (...) A primeira lei de cotas no Brasil é a 9.100/95 que estabelecia 20% de mulheres nas listas partidárias para a eleição municipal de 1996. Em 1997 foi votada a lei eleitoral 9.504 que aumentou este percentual a 30% a partir do ano 2000 estabelecendo um percentual intermediário de 25% para as eleições de 1998 (Pinto, 2001: 221).

A lei 9.504¹⁰ de 1997, em seu Artigo 10, Alínea Terceira, indica que: *“Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo”*. Ainda que isto seja lei, veremos mais adiante que o Brasil ainda não superou o 10% de presença feminina no Congresso, por exemplo.

Conforme o professor Luis Felipe Miguel, a legislação brasileira neste aspecto não conseguiu ser eficiente. Não há reserva de cadeiras no Parlamento, mas apenas de vagas de candidatura; nada da lei esboça cotas para os cargos de confiança ou comissionados; e os partidos não são sequer obrigados a preencher efetivamente as vagas. Miguel coloca o exemplo de que em 1998, com exceção da lista para a Câmara Federal do Estado de Tocantins, em nenhuma unidade da Federação o número de candidatas chegou de fato a 25% do total (Miguel, 2000).

¹⁰ www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L9504.htm

4.3 Práticas e crenças no campo da política parlamentar

A partir de um estudo realizado no Uruguai em 2001, acerca do discurso dos legisladores homens com respeito ao ingresso das mulheres ao Parlamento, observam-se três linhas principais de interpretação nos posicionamentos dos referidos legisladores (Scurio, 2003). Por um lado, existe um grupo de legisladores que se categorizou como alinhado à “lógica do devir histórico”. Esses legisladores opinam que:

“Se está produciendo lo que se produce en todas las sociedades políticas del mundo. Hay un acceso de la mujer a las actividades generales (...) No es consecuencia por una razón política, es consecuencia de un fenómeno que está produciendo la sociedad. Ahora la mujer estudia, ahora la mujer trabaja, es un proceso que viene de dos o tres décadas atrás (...) Es más voluminosa la participación de la mujer en todas las ramas de la participación del Estado y de la sociedad. De manera que el Parlamento no es distinto en la relación laboral” (Deputado, Legislatura 2000-2005. Uruguai).

Consultados sobre o ingresso das mulheres ao Parlamento, eles basearam suas respostas na passagem do tempo e em como historicamente as mulheres foram se incorporando a diversos campos da vida pública da mesma forma que o farão no campo político, sem detectar nenhuma singularidade deste último espaço que possa ser mais hostil às mulheres.

Outro grupo de legisladores salienta, em relação à ocupação de lugares no Parlamento por parte das mulheres, o valor de “los méritos propios y el valor de ganárselo como cualquiera”

“Hay mujeres tan capaces como cualquier hombre y luchadoras como cualquier hombre, tiene el mismo derecho que cualquier hombre se las vota la ciudadanía... eso sí, por imposición no. Eso de que tiene que haber tantas en el partido no, tantas no. Las que determine la ciudadanía” (Senador, Legislatura 2000-2005. Uruguai).

Outro legislador, adotando a mesma linha de pensamento, coloca:

“... no creo en la cuotificación, o que la presencia a priori de la mujer tenga que tener una significación específica. Yo creo que la mujer se va a ir ganando su lugar en el Parlamento y que es bueno que se lo gane, no por cuotas, sino por legitimidad” (Senador, Legislatura 2000-2005. Uruguai).

Resulta clara, neste grupo de legisladores, a idéia de que ao tomar medidas de ação afirmativa para as mulheres, perde-se legitimidade e que o referido processo implica alguma coisa que não é a estipulada, interferindo, inclusive, “com o mandato da cidadania”. Se bem que os legisladores reconheçam a escassa participação das mulheres na política, não propõem nenhum tipo de ação que possa garantir o incremento da presença das mulheres como mecanismo de melhora da situação por uma via alternativa às tradicionais.

Em terceiro lugar, surgem os estereótipos de gênero presentes entre os parlamentares e o papel que é atribuído à mulher na política, isto é, as crenças e valorizações das diferenças entre homens e mulheres no exercício da política.

“Hay muy pocas (mujeres) pero no es fácil que haya más ya que corren con un handicap por razones culturales y biológicas. Pero sobre todo las primeras: se les asigna el cuidado de los niños y del hogar y les queda poco tiempo... y los que se eligen son los que tienen mayor tiempo o mayor actividad militante. Son útiles porque aportan una experiencia diferente, una sensibilidad diferente (...) aportan un sesgo de sensibilidad social y de contacto con la realidad, y en general mucho sentido común” (Senador, Legislatura 2000-2005. Uruguai).

Isto expressa uma imagem de mulher muito ligada aos problemas concretos, quase como uma extensão da dinâmica doméstica levada ao trabalho parlamentar.

4.4 Indicadores de comparação internacional

Embora o Uruguai tenha sido um país precursor em vários processos de modernização, democratização e legislação relativa aos direitos dos cidadãos e cidadãs¹¹, instalados com especial força em inícios do século XX, esses impulsos não tiveram uma continuidade que permita atualmente falar da equidade de gênero quanto à representação política. Sem dúvida, a ausência de mulheres no aspecto político tem configurado uma forte masculinização do campo político, tanto em suas estruturas quanto nas práticas próprias do “*ser y hacer política*” (Bataille et. Alt., 2000; De Barbieri, 2003).

Uma das principais preocupações deste trabalho está ligada à notória ausência de mulheres no terreno político. Basta observar a constituição do Parlamento uruguaio após as eleições de outubro de 2004 para ver que apenas 14 mulheres tiveram acesso a cargos no Poder Legislativo, o que, em um total de 130 legisladores, representa 10.8% de participação feminina. O mais alarmante desse dado é que se registra um retrocesso em relação à percentagem de participação da Legislatura anterior, em que, entre ambas as câmaras legislativas, as legisladoras eram 15, constituindo 11.5% da Assembléia Geral.

Com a assunção do Poder Executivo e a posse do Presidente da República, Dr. Tabaré Vázquez, em 1º de março de 2005, alguma coisa mudou no cenário legislativo. Ainda que a mudança não tenha sido profunda, ao ser convocados para integrar o Gabinete Ministerial alguns Senadores e Deputados, houve mobilidade nos cargos, o que permitiu que se passasse de três senadoras titulares para quatro¹², passando de 9.7% da participação feminina no Senado para 12.9%.

¹¹ Em 1932, o Uruguai consagrou a igualdade política de mulheres e homens através do direito de eleger e ser eleito para cargos políticos, constituindo-se, assim, em um dos pioneiros da América Latina em temas de igualdade de direitos políticos entre homens e mulheres.

¹² Os senadores José Mujica, do Movimento de Participação Popular (Governo) e Mariano Arana, da Vertente Artiguista (Governo) foram chamados a dirigir o Ministério da Pecuária, Agricultura e Pesca e o Ministério da Habitação, Ordenamento Territorial e Meio Ambiente respectivamente, ingressando ao Senado, como substitutas, duas legisladoras mulheres. No caso do Senador Mujica, a substituta é sua esposa, a legisladora Lucía Topolansky. A senadora eleita Marina Arismendi, do Partido Comunista

Quanto à Câmara de Representantes (Deputados), o movimento também foi de dois deputados convocados a ocupar cargos no Executivo, deixando suas cadeiras para substitutas mulheres. Isso constituiu uma alteração de 11 mulheres para 12¹³, passando-se de 11.1% para 12.1%. Se considerarmos ambas as Câmaras, a percentagem inicial de mulheres era de 10.8%, como já foi apontado, passando agora para 12.3%, ou seja, 16 mulheres em 130 membros. Desde uma perspectiva comparada, na classificação mundial realizada pela União Interparlamentar, o Uruguai ocupa o posto número 90 no ranking de países conforme a percentagem de mulheres no Poder Legislativo, enquanto o Brasil se localiza no lugar 101.

Dos 19 países da América Latina considerados, o Uruguai coloca-se na posição número 13, ficando muito por debaixo da Argentina e da Costa Rica, países com uma matriz sócio-política similar e entre os quais é muito freqüente encontrar semelhanças e estudos que tratem dos três países como conjunto dentro da América Latina. Ora, ao falarmos de gênero e política, parece que o Uruguai se “desalinha” de seus países pares. O Brasil localiza-se no posto 16, perto da Colômbia e da Guatemala, com percentagens que se aproximam de 8% de taxa de participação feminina na Câmara dos Deputados.

(Governo) foi eleita titular ao Senado, mas em 1º de março assumiu o cargo de Ministra de Desenvolvimento Social no Poder Executivo, sendo que seu substituto é um senador homem.

¹³ A deputada Margarita Percovich, que ocupa atualmente a cadeira no Senado, substituindo ao Senador Arana, deixou sua cadeira a um deputado homem e, portanto, esse caso não gerou aumento de participação feminina na Câmara dos Deputados.

Posição para os países da América Latina	Posição com respeito a 188 países classificados	País	Câmara de Deputados ou Câmara Única				Senado			
			Data de Eleição	Cadeiras	Número de mulheres	Taxa de Participação Feminina	Data de Eleição	Cadeiras	Número de mulheres	Taxa de Participação Feminina
1	3	Costa Rica	02 2006	57	22	38.6	---	---	---	---
2	8	Cuba	01 2003	609	219	36.0	---	---	---	---
3	9	Argentina	10 2005	257	90	35.0	10 2005	72	30	41.7
4	19	Peru	04 2006	120	35	29.2	---	---	---	---
5	31	Equador	10 2006	100	25	25.0	---	---	---	---
6	37	Honduras	11 2005	128	30	23.4	---	---	---	---
7	40	México	07 2006	500	113	22.6	07 2006	128	22	17.2
8	52	República Dominicana	05 2006	178	35	19.7	05 2006	32	1	3.1
9	56	Venezuela	12 2005	167	30	18.0	---	---	---	---
10	57	Nicarágua	11 2006	92	17	18.5	---	---	---	---
11	65	Bolívia	12 2005	130	22	16.9	12 2005	27	1	3.7
12	66	El Salvador	03 2006	84	14	16.7	---	---	---	---
12	66	Panamá	05 2004	78	13	16.7	---	---	---	---
13	73	Chile	12 2005	120	18	15.0	12 2005	38	2	5.3
14	90	Uruguai	10 2004	99	11	11.1	10 2004	31	3	9.7
15	96	Paraguai	04 2003	80	8	10.0	04 2003	45	4	8.9
16	101	Brasil	10 2006	513	45	8.8	10 2006	81	10	12.3
17	105	Colômbia	03 2006	166	14	8.4	03 2006	102	12	11.8
18	107	Guatemala	11 2003	158	13	8.2	---	---	---	---

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da União Interparlamentar. www.ipu.org
Site atualizado em 31 de agosto de 2007

A primeira pergunta que surge é se as mulheres não estão interessadas na política. As teóricas têm dado variadas respostas a esta questão e muitas delas retomam a explicação clássica que remete à cisão entre o público e o privado (Aguirre, 2001; Johnson, 2000). Essa divisão apresenta aos homens como atores centrais na esfera pública e às mulheres relegadas ao âmbito do privado. Assim, tradicionalmente, enquanto às mulheres foram atribuídas tarefas nos espaços privados e domésticos, os homens deveriam agir na esfera da economia, os negócios, o governo (Batthyány, 2004). Embora essa divisão de esferas venha sendo superada e, atualmente, as mulheres atinjam melhores posições em esferas tradicionalmente masculinas¹⁴, as práticas, pautas e saberes específicos desses espaços demandam processos de aprendizagem, adaptação e treinamento que na hora de fazer política encontra às

¹⁴ No que diz respeito à inserção dos homens em tarefas e papéis da esfera privada e doméstica, o mesmo não tem se verificado de igual modo, ainda que se verifiquem incipientes mudanças culturais que poderiam constituir sintomas de processos de novas divisões sociais do trabalho muito em longo prazo.

mulheres mais desprovidas de recursos. Isso não quer dizer que as capacidades do exercício da política sejam maiores ou menores em uns e outras, mas visa mostrar uma das tantas diferenças que se encontram no terreno das relações sociais e, neste caso específico, no campo político.

Muitas mulheres no Uruguai têm demonstrado interesse pela vida pública, participando em massa do sistema educativo e do mercado de trabalho. As mulheres têm acesso a níveis educativos muito bons, tendo aprendido a movimentar-se, tanto no mercado de trabalho quanto na esfera empresarial. Se observarmos o Relatório 2005 da Social Watch¹⁵ vemos que a brecha na taxa de matrícula na educação terciária no Uruguai (mulheres/homens) é de 1.78%, o que indica que mais de dois terços de mulheres ingressam à educação superior em comparação com os homens para o ano 2002. No caso do Brasil, o indicador posiciona-se em 1.31, notando-se que, se bem que a brecha no Brasil não seja tão ampla quanto no Uruguai, ainda quase um terço de mulheres ingressam à educação terciária em maior medida do que os homens. Conforme este mesmo relatório, entre as mulheres uruguaias em idade de trabalhar (PET), 42.6% constitui a população economicamente ativa (PEA), o que coloca ao Uruguai no país da América Latina com a maior percentagem de mulheres na PEA. Esse indicador é especialmente importante, pois mostra a percentagem de mulheres que, podendo trabalhar, trabalha ou procura fazê-lo. No caso do Brasil, a percentagem é de 35.5%, localizando-se no nono lugar de uma lista de 19 países latino-americanos.

¹⁵ Rugidos y Murmullos. Género y pobreza: más promesas que acciones. Informe 2005. Social Watch/Control Ciudadano

Força de Trabalho Feminina

Posição	País	Porcentagem
1	Uruguai	42.6
2	Cuba	40.2
3	Colômbia	39.7
4	El Salvador	38.5
5	Nicarágua	38.2
6	Bolívia	38.1
7	Panamá	36.6
8	Venezuela	35.7
9	Brasil	35.5
10	Chile	35.1
11	Argentina	35.1
12	Honduras	34.5
13	México	34.4
14	Costa Rica	32.6
15	República Dominicana	32.0
16	Peru	31.8
17	Guatemala	31.5
18	Paraguai	30.7
19	Equador	29.2
	Média países	33.2

Fonte: Elaboração própria em base ao Relatório 2005 da Social Watch. Dados para o ano 2002.

Na mesma linha, o Relatório sobre Desenvolvimento Humano¹⁶ que elabora o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) estabelece que da população profissional e de trabalhadores técnicos, as mulheres representam 53% no Uruguai. Isso poderia levar-nos a pensar que a reprodução familiar e as tarefas domésticas não são, claramente, o único nem o principal interesse das mulheres (Johnson, 2000). Então, o que acontece no âmbito público-político? Embora seja possível supor que as instituições do Estado são neutras e que não haveria *a priori* limitações explícitas para a participação feminina, o âmbito político aparece como de claro domínio masculino.

Em definitivo, resulta paradoxal que, sendo o Uruguai um dos países latino-americanos com melhores desempenhos femininos, tanto em termos de níveis educacionais quanto de participação no mercado de trabalho, a presença das

¹⁶ Relatório sobre Desenvolvimento Humano. PNUD, 2005.

mulheres no âmbito da decisão política seja significativamente inferior do que a de outros países da região. Nesse sentido, parece necessário explorar em que medida as práticas, relações e representações de gênero que caracterizam o sistema político uruguaio incidem na reduzida presença feminina em lugares de representação política.

Outros dois indicadores sociais interessantes de analisar e que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) levanta para todos os países são o Índice de Desenvolvimento Relativo de Gênero (IDG) e o Índice de Potenciação de Gênero (IPG). No caso do IDG, é medido o desenvolvimento humano de uma sociedade em um momento dado, mostrando as diferenças entre homens e mulheres da mesma sociedade.

El IDG refleja las diferencias observadas entre géneros en las tres dimensiones incorporadas al IDH: salud, educación y nivel de vida. Las variables que se utilizan son nuevamente, la esperanza de vida al nacer, la tasa de alfabetización de adultos, la tasa bruta de matriculación, y el PBI corregido por paridad de poder adquisitivo (PNUD, 2005).

O Uruguai posiciona-se entre os países com alto desenvolvimento humano, colocando-se na posição 46 no ranking de 177 países e, em consonância com a situação do grupo de países de alto desenvolvimento humano, seu IDG é bastante similar, ocupando o lugar 42 dentre 140 países. No recálculo que realiza o PNUD a partir da diferença entre o IDH e IDG, o Uruguai obtém 0, o que indica a não-diferenciação entre ambos os índices. Para este país, o IDG mostra um incremento contínuo desde a década de 90, chegando a 0.836 no ano 2003.

O Brasil ocupa o lugar 63 no ranking do IDH, pertencendo ao grupo de países com desenvolvimento humano médio. Quanto ao IDG, coloca-se no lugar 52 dentre 140 países computados. No recálculo entre IDH e IDG, o Brasil obtém -1, o que indica que sua classificação no IDG é inferior à do IDH. Isso poderia estar alertando para a

existência de maiores diferenças entre brasileiros e brasileiras no que diz respeito às dimensões de cálculo do índice: saúde, educação e renda.

Existe outro índice muito interessante e que também dá conta da situação das mulheres nos diferentes países. Trata-se do Índice de Potenciação de Gênero, que reúne indicadores sobre participação política das mulheres e indicadores sobre poder de decisão econômica e sobre controle de recursos econômicos. Como é possível constatar, este índice tem a ver com a dimensão de *empowerment* das mulheres em cada sociedade. Dos componentes do Índice, a participação política é medida através da proporção de homens e mulheres nas cadeiras parlamentares; a participação econômica é medida em base à proporção de mulheres e homens em postos de direção, profissionais, técnicos; e o controle de recursos econômicos é monitorado através da renda recebida por homens e mulheres.

Cabe destacar que para o caso do Brasil, embora se tenha acesso aos indicadores de participação política de mulheres e com a taxa de renda feminina sobre a masculina, o IPG não pode ser calculado, visto que não se conta com dados sobre a quantidade de mulheres em cargos políticos, de direção e de gerência que possam dar uma idéia da participação das mesmas na esfera econômica. Sem dúvida, foi uma singularidade que chamou a atenção, pois supomos que o Brasil conta com um sistema muito bom de informação e armazenamento de dados. No referente à participação política, Brasil aparece, para o ano 2002, com uma média de 9.1% de mulheres no Parlamento Nacional e, no relativo ao controle de recursos econômicos, o PNUD estabelece que as brasileiras têm uma taxa de renda de 0.43 sobre a renda dos homens, o que implica que as trabalhadoras ganham, no Brasil, menos da metade do que ganham seus colegas homens.

Para o Uruguai é calculado o IPG, localizando-se este em 0.504, o que coloca ao país na posição 50 no ranking dos 80 países para os quais é calculado o referido índice. Ao observarmos os componentes deste índice no contexto latino-americano, o Uruguai tem um desempenho médio quanto à participação política, uma

percentagem alta¹⁷ de mulheres em cargos de direção e gerência, e, surpreendentemente, é o segundo país – depois da Colômbia – no que diz respeito ao controle de recursos econômicos, com uma taxa de 0.53 (PNUD, 2005).

País	Posição na ordem mundial	Valor IPG	Componentes do Índice de Potenciação de Gênero			
			% Mulheres no Parlamento	% Mulheres legisladoras e em cargos de direção ou gerência	% Mulheres profissionais e técnicas	Taxa de rendas de trabalho femininos sobre masculinos
Costa Rica	19	0.668	35.1	29	40	0.37
Argentina	20	0.665	33.6	25	55	0.37
México	38	0.583	23.7	25	40	0.38
Panamá	40	0.563	16.7	40	50	0.51
República Dominicana	45	0.527	15.4	31	49	0.36
Bolívia	47	0.525	17.8	36	40	0.45
Peru	48	0.511	18.3	23	47	0.27
Uruguai	50	0.504	10.8	35	53	0.53
Colômbia	52	0.500	10.8	38	50	0.51
Equador	55	0.490	16.0	26	40	0.30
Chile	61	0.475	10.1	24	52	0.39
El Salvador	62	0.467	10.7	32	44	0.44
Venezuela	64	0.441	9.7	27	61	0.42
Paraguai	65	0.427	9.6	23	54	0.33
Honduras	74	0.356	5.5	22	36	0.37
Brasil	Sem dado	-	9.1	-	62	0.43
Cuba	Sem dado	-	36.0	-	-	-
Nicarágua	Sem dado	-	20.7	-	-	0.45
Guatemala	Sem dado	-	8.2	-	-	0.33

Fonte: Elaboração própria em base a dados do PNUD no Relatório de Desenvolvimento Humano 2005.

Se compararmos este quadro e seu conjunto de variáveis com os dados para o ano 2002¹⁸, veremos que todos os países – com exceção do Panamá, que surpreende ao subir 12 posições no ranking em 3 anos, e a Argentina, que sobe uma posição – o

¹⁷ É claro que em termos comparados com os países da América Latina.

¹⁸ Desarrollo Humano en Uruguay 2005. Seção Desarrollo Humano y Género en el Uruguay. Tabela com dados do ano 2002.

resto dos países piorou seu comportamento, baixando várias posições no ranking. O Uruguai, por exemplo, passa do lugar 46 em 2002 para o 50 em 2005. A Costa Rica é o único país que permaneceu no lugar 19.

5. AS SENADORAS E DEPUTADAS DA 47^{ma}. LEGISLATURA NO PARLAMENTO URUGUAIO

Atualmente, no Senado da República atuam em forma permanente quatro senadoras em um total de trinta e um membros. As quatro pertencem ao partido de governo (*Frente Amplio*) e militam nas fileiras da esquerda desde sempre. Na Câmara dos Deputados, de um total de noventa e nove membros, doze são mulheres. Algumas dessas deputadas (três) ocuparam o cargo depois das designações efetivadas pelo Poder Executivo ao assumir o Governo em 1º de março de 2005. As nove restantes são titulares desde o primeiro dia do período legislativo. Na atual Legislatura, não há nenhuma legisladora do Partido Colorado, partido do anterior governo e que obteve uma péssima votação nas eleições nacionais de 2004. Do Partido Nacional, segunda força política do país, há três deputadas, e do *Frente Amplio*, coalizão de esquerda no governo, há nove.

Ainda que na Câmara dos Senadores os cargos sejam nacionais e que a mesma lista de candidatos seja apresentada em todos os departamentos conforme o partido, no caso dos Deputados, a eleição é por departamento. A Montevideú, departamento capital do país, correspondem, por um sofisticado sistema proporcional ao número de eleitores, quarenta e dois deputados, sendo que os dezoito departamentos restantes do país elegem cinquenta e sete legisladores¹⁹. Das doze deputadas eleitas, oito foram eleitas pelo departamento de Montevideú e quatro pelo interior do país (nos departamentos de Salto, Río Negro, San José e Lavalleja).

Para compreender mais cabalmente as trajetórias das mulheres eleitas legisladoras, repassamos nesta seção alguns dados de suas vidas, bem como as atuações no âmbito público relacionadas com sua atual atividade parlamentar.

¹⁹ Conforme as leis eleitorais, a cada departamento correspondem pelo menos duas cadeiras na Câmara dos Deputados a fim de garantir a representação de todos os departamentos. Já o resto das cadeiras são repartidas em forma proporcional à quantidade de votantes do departamento. Os departamentos com menor população, como Florida, Flores, Tacuarembó etc., obtêm 2 deputados, enquanto que a Canelones, departamento com o maior número de habitantes depois de Montevideú, correspondem 14 deputados.

5.1 As Senadoras

Susana Dalmás – *Asamblea Uruguay* – *Frente Amplio*

Nasceu em 1948, é casada e tem três filhos. Pertence a *Asamblea Uruguay*, setor que integra o *Frente Amplio*. No espectro ideológico de grupos políticos de esquerda, *Asamblea Uruguay* é considerado um dos setores mais próximos do centro. O atual ministro da Economia, Danilo Astori, é o líder desse setor.

Susana Dalmás é professora de História e foi funcionária pública na empresa de telecomunicações do Estado (ANTEL), sendo destituída do cargo em 1979 pela ditadura militar. Possui uma trajetória sindical em SUTEL, sindicato das telecomunicações, do qual foi Presidenta. Também foi Presidenta da Comissão que promoveu o referendun para a não-privatização das empresas públicas.

Em termos de atuação parlamentar, foi eleita senadora na Legislatura 1995-2000, atuando mais tarde como senadora substituta na Legislatura 2000-2005.

Margarita Percovich – *Vertiente Artiguista* – *Frente Amplio*

Divorciada há vários anos, tem 67 anos, duas filhas e um neto, cuja foto tem no seu gabinete no Parlamento. Estudou Filosofia e Letras. Atualmente pertence à *Vertiente Artiguista*, setor que integra o *Frente Amplio*. Desde muito jovem desempenhou trabalhos de secretaria em empresas e foi muito próxima do círculo de amigos do Gral. Liber Seregni através de seu ex-marido nos anos de constituição do *Frente Amplio*. Foi fundadora da coalizão de esquerda em 1971 e membro de sua Mesa Política.

Foi eleita vereadora da Junta Departamental (Assembléia Legislativa) de Montevideu entre 1990-1995 e 1995-2000. Foi Presidenta do referido órgão legislativo em 1991 e 1996. Foi eleita deputada na Legislatura 1990-1995, cargo ao que renunciou para assumir a vereança no primeiro governo frenteamplista de Montevideu junto ao então prefeito eleito, Dr. Tabaré Vázquez. Essa demissão não se deu sem gerar

discussões, tanto no interior de seu partido quanto com algumas feministas que não aceitavam que Percovich não assumisse o cargo no Legislativo. Em entrevista, a senadora explicou rigorosamente as motivações²⁰ que a levaram a assumir seu cargo na Junta Departamental e não no Poder Legislativo Nacional.

Hoje, ela é uma das senadoras com mais prestígio dentro do Palácio Legislativo e, junto com Beatriz Argimón (atual deputada do Partido Nacional e também entrevistada no âmbito da presente pesquisa) e a vereadora Glenda Rondan, fixou os antecedentes da Bancada Feminina, pois as três foram colegas na Junta Departamental de Montevideu e, posteriormente, deputadas no período 2000-2005.

Margarita Percovich tem uma estreita ligação com o movimento das mulheres e com as feministas uruguaias e da região, sendo que sua carreira política esteve sempre marcada pela defesa dos direitos das mulheres.

Lucía Topolansky – *Movimiento de Participación Popular – Frente Amplio*

Nasceu em 1944 e cursou Arquitetura até que passou a dedicar-se exclusivamente à militância no *Movimiento de Liberación Nacional* (MLN-Tupamaros), movimento guerrilheiro no qual combateu na década de 60 junto com seu marido José Mujica, atual Ministro da Agricultura. Em agosto de 1972 foi detida, sendo liberada quando o país atingiu a democracia em 1985. Foi fundadora do *Movimiento de Participación Popular* (MPP) em 1989, setor pertencente ao *Frente Amplio*. Foi vereadora por Montevideu no período 1995-2000 e eleita deputada para o período legislativo 2000-2005. Foi integrante das comissões de Orçamento, Habitação e Ordenamento Territorial, Meio Ambiente e Fazenda. Atualmente, preside a Comissão de Orçamento do Senado e a de Pecuária, Agricultura e Pesca.

²⁰ “...yo había salido Diputada en esa legislatura (1990-1995). Salí electa Diputada pero me pareció que... yo tenía todo actualizado el proyecto de descentralización y para mí eso era la entrada de las mujeres en la actividad política. Y entonces yo preferí la Junta, ahí era donde tenía posibilidades de decidir e incidir; con una gran discusión entre mujeres que estaban furiosas de cómo yo no era legisladora... Con la posibilidad de asumir una legisladora que era feminista, como yo no iba... Y di la batalla acá y en la Argentina porque era impresionante. Una batalla que no te puedo explicar. Pero es que yo tenía mucho más poder en Montevideo que siendo legisladora de oposición y la verdad es que fue un período fermental, de construcción de una red social mujeres que no solamente se limitó a Montevideo, porque yo tenía toda la infraestructura de la Junta para ir y recorrer todo el país y que fue lo que hicimos”. (Entrevista à Senadora Margarita Percovich. Fevereiro de 2006)

Preserva com profunda discrição sua vida privada, embora seu marido seja, indiscutivelmente, uma figura de grande destaque na cena política nacional. Ambos, para além da vida política, definem-se como produtores rurais e moram na periferia da cidade.

Mónica Xavier – Partido Socialista – *Frente Amplio*

É médica cardiologista, tem um filho e 51 anos de idade. Pertence ao Partido Socialista, o qual faz parte do *Frente Amplio*. Já integrou o Comitê Central e o Comitê Executivo do Partido, tendo se incorporado ao mesmo na época da clandestinidade, durante a ditadura. Em 1999, integrou a equipe da campanha eleitoral do Dr. Tabaré Vázquez para as eleições nacionais na área de organização e em qualidade de responsável política da área publicitária.

Foi eleita deputada substituta na Legislatura 1995-2000 e senadora titular desde 2001 até hoje. Em 2006, foi designada Presidenta do Comitê de Coordenação da Reunião de Mulheres Parlamentares, o qual faz parte da estrutura oficial da União Inter-Parlamentar. Em função desse cargo, integrou durante dois anos o Comitê Executivo do referido organismo internacional.

Xavier vem exercendo um permanente trabalho nos diferentes projetos de lei que visam a despenalização do aborto e é muito próxima do movimento das mulheres.

Foi entrevistada para esta pesquisa em fevereiro de 2006.

5.2 As Deputadas

Beatriz Argimón – Partido Nacional

É uma das legisladoras que ingressou mais jovem ao Parlamento. Atualmente, tem 43 anos de idade e se encontra em seu segundo período como deputada titular. Pertence ao Partido Nacional, um dos chamados partidos tradicionais que, no espectro ideológico, pode ser localizado à direita. É um partido com forte enraizamento no campo e, principalmente, entre famílias ligadas à atividade rural.

É a própria deputada quem constata: *“Es la segunda vez como [diputada] titular. Soy la primera mujer en la historia del Partido Nacional que vuelve al Parlamento”* Sua família paterna, de profunda tradição *blanca*²¹, participou nas batalhas do começo do século XX junto com o principal caudilho do Partido Nacional, Aparicio Saravia, quem foi derrotado em 1904 pelo outro grande líder político, José Batlle y Ordóñez, do Partido Colorado.

É tabeliã pública e docente na Faculdade de Direito da Universidade da República. Foi vereadora no período 1990-1995 em Montevideu, onde estreitou laços com Margarita Percovich (*Frente Amplio*) e Glenda Rondan (Partido Colorado), de outros partidos políticos, mas com uma grande preocupação com a luta pelo lugar das mulheres na política uruguaia. Em 1995, é designada pelo Poder Executivo diretora do Instituto Nacional do Menor, tornando-se a diretora mais jovem do aparato governamental. No ano 2000, ingressou como deputada e participou nas comissões parlamentares de Educação e Cultura, que presidiu em 2003; na de Habitação e Ordenamento Territorial, que presidiu em 2000 e 2002; e na de Legislação do Trabalho, que também presidiu em 2001. É fundadora da Comissão Especial de Equidade e Gênero, na qual participa regularmente. É fundadora da Rede de Mulheres Políticas do Uruguai e co-autora do projeto de capacitação para Mulheres Políticas junto com a Fundação Friedrich Ebert (FESUR).

Beatriz Argimón é divorciada e tem dois filhos.

Sandra Etcheverry – Partido Nacional

Tem 40 anos de idade, é casada e tem três filhos. Estudou Direito, mas não chegou a formar-se. Ingressou à política com a abertura democrática e, em 1994, foi Presidenta da Juventude do Movimiento Nacional de Rocha, setor do Partido Nacional. Participou em diferentes espaços de debate e decisão dentro de seu grupo político (Mesa Departamental, Executivo Nacional de seu setor). Em 1999, foi

²¹ Denomina-se *blancos* (brancos) aos militantes do Partido Nacional. Essa designação data de inícios do século XIX, época em que foram constituídos o Partido Nacional e o Partido Colorado, que, após a Independência da Coroa Espanhola, lutaram entre si pelo governo do recém-formado país. Esses foram, durante quase dois séculos, os principais partidos no Uruguai e, junto com algum partido inglês, são os partidos políticos mais antigos do mundo.

designada assessora para a campanha eleitoral do presidenciável Dr. Jorge Larrañaga, ao qual ficou fortemente vinculada. Em 2004, foi eleita deputada. Não compartilha o mesmo compromisso que sua correligionária a deputada Argimón em assuntos de gênero.

Adriana Peña – Partido Nacional

É uma das deputadas eleitas por um departamento do interior do país, Lavalleja. Tem 43 anos de idade e uma filha. É odontóloga, mas cursou também estudos de Relações Exteriores. Trabalhou no Hospital de Minas, capital de Lavalleja. Foi Secretária Geral da Prefeitura de Lavalleja a partir de 2000 e, ao substituir ao prefeito, transformou-se na primeira mulher prefeita do departamento. Transitou por diferentes cargos no Partido Nacional e, em 2004, foi eleita deputada.

Nora Castro – *Movimiento de Participación Popular – Frente Amplio*

Nasceu em 1947. É professora de ensino primário e professora na Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação. Começou a militar ativamente em 1971 no *Frente Amplio*. Tem uma trajetória de militância sindical e fez parte da constituição do PIT-CNT, central nacional de sindicatos e grêmios. Integrou a direção do MPP em 1989, estabelecendo precedente como uma das primeiras mulheres dirigentes de um dos movimentos de esquerda mais radicais no atual espectro ideológico. Foi substituta do deputado José Mujica²² entre 1995 e 1999. Foi eleita deputada para o período 2000-2005 e integrou a Comissão de Legislação do Trabalho. Atualmente, integra a Comissão de Educação e Cultura do Parlatino. Em 2003, foi vice-presidenta da Câmara dos Representantes e em 2005, ao assumir o novo Governo, foi Presidenta da mesma Câmara, transformando-se na primeira mulher a ocupar o referido cargo. Foi emocionante vê-la revistar as tropas na frente do Palácio Legislativo junto com José Mujica o dia da posse do atual governo²³.

²² Atual Ministro da Pecuária, Agricultura e Pesca.

²³ Em seu livro *Final del juego*, a politóloga Constanza Moreira expressa, com respeito ao triunfo do *Frente Amplio* nas eleições de 2004: "... Uruguay nace a otra vida política, esa que se inaugura con la

Silvana Charlone – Partido Socialista – *Frente Amplio*

É contadora pública. Foi eleita deputada em 1994 e reeleita em 1999 pelo Partido Socialista, que faz parte do *Frente Amplio*. Integrou as comissões de Orçamento e Fazenda – da qual foi presidenta – e teve uma atuação de destaque em sucessivas pesquisas de corrupção no sistema financeiro. Integra a Comissão de Assuntos Econômicos e Dívida Externa do Parlamento.

Alba Cocco – Partido Socialista – *Frente Amplio*

É outra das quatro deputadas eleitas por um departamento do interior, Salto. Obteve sua cadeira no Parlamento quando o atual prefeito de Salto foi eleito, em maio de 2005, pois ela era sua primeira substituta. Pertence ao Partido Socialista. Atualmente, participa nas comissões de Saúde Pública, Seguridade Social e Direitos Humanos.

Nora Gauthier – *Movimiento de Participación Popular* – *Frente Amplio*

Deputada pelo departamento de Río Negro, nasceu em 1949. É divorciada e tem três filhos. Uniu-se ao MLN-Tupamaros em 1969. Foi detida em 1972 pela ditadura militar quando uma de suas filhas contava com apenas três meses de idade. Após ser colocada em liberdade, resolveu sair do país. Em 1980, exilou-se na Suécia e voltou ao Uruguai em 1985, com a abertura democrática. Dedicou-se então a empreendimentos microempresariais no ramo dos alimentos para pessoas com

llegada al gobierno de aquellos que antes habían sido ‘demonizados’ por buena parte del viejo sistema de partido. Y claro, nadie simboliza mejor ese tránsito ‘de la cárcel al gobierno’ que el propio Movimiento de Participación Popular (MPP). Por ello el triunfo de la izquierda representa, de algún modo, el fin de la dictadura” (Moreira, 2004: 10)

dietas especiais. Permaneceu na militância do MPP desde Río Negro e foi eleita deputada em 2005.

Ivonne Passada – *Movimiento de Participación Popular – Frente Amplio*

É Professora do Conselho de Educação Técnico Profissional. Foi dirigente sindical do Ensino e integrou o Secretariado Executivo do PIT-CNT. É membro da Direção Nacional e do Executivo do MPP, setor que integra o *Frente Amplio*.

Atualmente, preside a Comissão sobre Legislação do Trabalho na Câmara dos Deputados. Em 2006, apresentou um projeto de lei para a regulação do trabalho doméstico.

Daniela Payssé – *Asamblea Uruguay – Frente Amplio*

Pertence a *Asamblea Uruguay*, o mesmo setor da senadora Susana Dalmás. É professora pré-escolar e tem dois filhos e três netos. É militante de base independente desde a fundação do *Frente Amplio* em 1971. Durante a ditadura, participou em atividades de fomento, foi presidenta da Comissão da Escola Pública à que compareciam seus filhos e trabalhou em organizações sociais de seu bairro. Provém de uma militância religiosa, pois suas primeiras lembranças de participação social são na Juventude Estudantil Católica. Aproximou-se do núcleo do General Seregni depois de fundado o *Frente Amplio*, mantendo-se independente sempre. Em 1994, integrou-se ao setor ao que pertence atualmente. Foi substituta de deputado na Legislatura anterior, na qual teve freqüentes intervenções. Atualmente, é deputada titular e participa nas comissões de Orçamento e Direitos Humanos. Se bem que integre a Comissão de Equidade e Gênero, presidindo-a atualmente, declara-se não-feminista e é a única legisladora mulher que vota contra o projeto de lei pela despenalização do aborto, fazendo explícitos seus argumentos. Foi entrevistada para efeitos da presente pesquisa.

Mónica Traverso – *Movimiento de Participación Popular – Frente Amplio*

Nasceu no departamento de San José em 1959. É casada e tem três filhas e três netas. Em 1980, integrou-se a organizações de Direitos Humanos como colaboradora. Posteriormente, ingressou ao MLN e passou a militar no MPP a partir de sua fundação em 1989. Nesse mesmo ano, voltou a morar em San José e trabalhou ativamente na organização do MPP nesse departamento. Vinculou-se aos movimentos de cooperativas habitacionais e, em 2005, transformou-se na primeira mulher deputada por San José. Atualmente, integra a Comissão de Habitação, Ordenamento Territorial e Meio Ambiente.

Daisy Tourné – Partido Socialista – *Frente Amplio*

É uma das principais mulheres políticas no cenário nacional. Pertencente ao Partido Socialista, foi eleita deputada por primeira vez em 1995 e atuou, desde esse ano, em todas as Legislaturas. É professora, técnica fonoaudióloga e psicóloga social com especialização em educação popular. Foi dirigente sindical na Federação Uruguaia de Magistério entre 1984 e 1991 e integrou o Secretariado do PIT-CNT de 1987 a 1989. Desde 1996 representa ao Parlamento uruguaio no Parlatino e integra a Comissão de Eqüidade e Gênero desse organismo.

Integra a Rede de Mulheres Políticas do Uruguai e, junto com a senadora Percovich e a deputada Argimón, constituiu a Bancada Feminina, tendo uma atuação de destaque nos temas de direitos das mulheres.

Em inícios de 2007, foi nomeada Ministra do Interior pelo Presidente da República, colocando-se sob sua responsabilidade uma das Secretarias de Estado mais complicadas, com maior pessoal e a cargo da segurança cidadã e do sistema carcerário do país. Vem desempenhando seu trabalho nesse posto com desenvoltura e continua constituindo uma imagem de mulher forte na política.

Em seu lugar na Deputação entrou Gloria Benítez, quem exerce atualmente as funções de deputada substituta.

Liliam Kechichián – *Alianza Progresista* – *Frente Amplio*

Nasceu em 1952, é casada e tem dois filhos. Teve atuação como militante de base do *Frente Amplio* desde a sua fundação e chegou a integrar o Plenário Nacional do mesmo partido. Quando o *Frente Amplio* ganhou o governo de Montevideu (1990) foi eleita vereadora, tendo uma destacada atuação na Junta Departamental. Participou da Comissão de Cultura e da de Fazenda. Em 2000, foi designada Diretora do Turismo da Prefeitura de Montevideu e, no exercício dessa função, aprofundou as relações internacionais da cidade e do país nos assuntos ligados ao Turismo e à Cultura. Foi eleita deputada em 2005 e presidiu a Comissão de Turismo.

Junto com a deputada Argimón (Partido Nacional) e Percovich (*Frente Amplio*) devotou-se ao trabalho pelos direitos das mulheres desde a Junta e, mais tarde, desde o Parlamento.

Mais recentemente, foi designada Vice-Ministra do Turismo e do Esporte, transformando-se na terceira mulher com responsabilidade de vice-ministro e na sétima dentre os 26 Ministros e Vice-Ministros²⁴.

Seu substituto no Parlamento é um legislador homem, mas pelo traslado de outro deputado para a Câmara dos Senadores, o número doze foi mantido na Câmara dos Deputados desde o começo da Legislatura em 2005.

²⁴ Os ministérios que atualmente estão a cargo de mulheres em sua máxima hierarquia são Saúde Pública, Defesa, Interior e Desenvolvimento Social, sendo que este último é o único que conta com ministra e vice-ministra mulheres. As outras duas vice-ministras se encontram em Turismo e Esporte e nas Relações Exteriores.

6. O DISCURSO DAS LEGISLADORAS

Tendo em vista os objetivos da presente pesquisa, bem como os testemunhos recolhidos, propusemo-nos, neste capítulo, analisar os discursos das legisladoras à luz dos conceitos teóricos apresentados anteriormente, considerando também os elementos que conformam o contexto político e histórico uruguaio desenvolvido nos capítulos precedentes.

Optou-se por uma análise em função de eixos temáticos. Em primeiro lugar, é analisada a militância das legisladoras levando em conta que as vidas de todas elas estão marcadas pela ditadura. Neste percurso, momentos como o golpe de estado, a clandestinidade ou a existência de familiares e amigos exilados constituem relatos que as entrevistadas relacionam com suas trajetórias políticas.

Aqui são levantados aqueles acontecimentos históricos e práticas de participação que podem ser vistos como antecedentes do ingresso das legisladoras ao campo político. Sua militância social, sua aproximação do partido político, as vivências em torno da ditadura e da abertura democrática constituem-se em elementos centrais para entender as trajetórias políticas destas mulheres.

Outro dos eixos temáticos propício para a análise dos conteúdos que as legisladoras colocam em seus discursos tem a ver com a consciência de gênero, o vínculo com o feminismo e a vivência em face das desigualdades no trabalho parlamentar. Aqui é possível observar uma interessante variedade de vivências e opiniões entre as entrevistadas que permite estabelecer uma tipologia ou categorização conforme um *continuum* que vai desde a plena consciência de gênero e a pertença explícita ao feminismo concebido como um movimento de idéias até a ausência de percepção da discriminação e a rejeição do feminismo considerado mais como uma doutrina.

Nesta dimensão analítica, aparecem elementos do trabalho parlamentar ligados às diferenças de gênero e às estratégias para vincular-se com os colegas homens,

assim como acordos entre senadoras e deputadas para o tratamento de certos temas nas duas Câmaras. O trabalho parlamentar apresenta-se como intenso para estas mulheres, tornando-se um permanente desafio, porquanto os assuntos que elas incorporam à agenda legislativa são, geralmente, temas esquecidos, controversos ou que não costumam interessar aos homens. Isso implica um trabalho extra, além do estudo das temáticas e da formulação em si dos projetos de lei respectivos, que tem a ver com a busca de aliados e com o traçado de estratégias tendentes a instaurar as discussões e aprovações nas comissões e nas Plenárias.

Em terceiro lugar, considera-se a dimensão relacionada com a articulação da vida privada e familiar com a vida política. Como foi apontado no capítulo teórico, a literatura feminista atenta para as dificuldades que encontram as mulheres para o ingresso ao mundo público. Um dos principais obstáculos tem a ver com a atribuição (a elas) de tarefas do mundo doméstico e do lar. Este âmbito da vida privada recai principalmente sobre as mulheres, não existindo ainda recursos em nossas sociedades para que o ingresso ao âmbito público se dê em iguais condições para homens e mulheres.

As responsabilidades relativas à maternidade, à família, à manutenção do lar e às tarefas do mundo reprodutivo recaem em forma quase exclusiva sobre os ombros das mulheres, o que torna a conciliação entre a vida privada e a carreira política um desafio exigente demais. As legisladoras fazem referência a isso e, em menor ou maior medida, reconhecem que, sem a disciplina e a auto-exigência que se impuseram, teria sido impossível ter acesso a uma carreira política. Todas elas reconhecem que o mundo da política, nesse sentido, impõe diferenças substanciais a homens e a mulheres. A auto-exigência, a culpa e, em alguns casos, o arrependimento e o cansaço, são moeda corrente para as mulheres que optam por uma vida no campo da política.

6.1 Militância, ditadura e abertura democrática: como foram vivenciadas pelas atuais legisladoras?

As mulheres que atuam hoje no Parlamento uruguaio oscilam entre os 40 e os 67 anos de idade. Isso significa que nenhuma foi alheia ao período da ditadura. Algumas contavam já com militância e envolvimento político, o que as fez conhecer a experiência da clandestinidade, entre outras coisas; outras – as mais jovens –, incorporaram-se à vida política no impulso promovido pela redemocratização. Algumas mais preocupadas com suas famílias, algumas presas políticas, outras exiladas.

A senadora Mónica Xavier, do Partido Socialista, setor político do Presidente da República, está em seu segundo mandato como senadora. Tem atualmente 51 anos de idade e lembra os inícios de sua militância política, bem como os fatos históricos que o país vivia:

“...aunque parezca difícil de reconocer por como es actualmente el involucramiento de los jóvenes con la política, no sólo en la edad en la que se involucran sino en las formas que se involucran, yo empecé en 1ero. de liceo²⁵. Y bueno, sí, pero ya cuando salías del liceo pensabas que cambiabas el mundo. Para cambiarlo en 4to, había que empezar a involucrarse en 1ero. (...) recuerdo los momentos en los cuales, por ejemplo, la lucha por el boleto²⁶ implicaba una movilización gremial muy importante, y en esas luchas había agrupaciones gremiales de las diferentes orientaciones políticas. Había una agrupación socialista, así que ya desde ahí más o menos estuve enganchada”

A deputada Beatriz Argimón, alguns anos mais jovem, identifica o começo de sua atividade política também na adolescência:

²⁵ No Uruguai, o sistema educativo formal está estruturado em 6 anos iniciais (dos 6 anos de idade das crianças aos 12) que correspondem ao Ensino Primário. Depois, aproximadamente aos 13 anos, tem início outro ciclo de 6 anos de escolarização chamado “Liceo” (Ensino Médio). Mais recentemente, foram acrescentados dois anos obrigatórios correspondentes ao ensino pré-escolar. A senadora está se referindo, então, a quando entrou ao segundo ciclo referido, calculando que, no primeiro ano, tinha uns 13 anos de idade e, no quarto, 16.

²⁶ Passagem de ônibus.

“...empiezo la militancia a los 17 años en un momento donde acá todavía estaba la dictadura militar; a raíz de que mi padre era funcionario público y fue destituido por la dictadura. Me acerqué a movimientos sociales, básicamente de gente joven, y ahí empezó, primero la lucha para el reestablecimiento de la democracia y después directamente en las estructuras político partidarias. (...) pero básicamente mi inicio fue en el movimiento de jóvenes, en la clandestinidad en una parroquia. Era un movimiento barrial”

A clandestinidade parece ser um fenômeno conhecido pelas legisladoras, não apenas aquelas pertencentes a grupos políticos de esquerda. A deputada Argimón, do Partido Nacional, sempre se alinhou com o setor democrata, que reivindicava o retorno da democracia.

Se bem que entre seus familiares mais próximos não existam dirigentes partidários, ela lembra que parte dos irmãos de sua avó paterna alinhou-se às tropas de Saraiva, caudilho de inícios do século XX que – como já foi dito – fora derrotado pelo Partido Colorado em 1904, ano que baliza o fim das guerras civis uruguaias e o começo do Estado moderno.

Nesse sentido, a deputada confessa que em sua casa sempre se conversava sobre política e, embora reconheça que seu pai se envolvia somente em nível de militância, lembra que *“se hacían reuniones en mi casa”* durante a ditadura.

“Mi adolescencia transcurrió en tiempo de dictadura militar y mi casa, como tantas otras, fue reducto donde los adultos de la familia procuraron mantener vivos los valores democráticos. (...) Fue en ese contexto histórico, con un padre destituido de su cargo público y con el anhelo puesto en la vuelta de nuestro líder en el exilio, Wilson Ferreira Aldunate, que inicié a los 17 años mi militancia social y política (...) Hoy creo, a distancia, que fue en esa época de la apertura democrática cuando, sin darme cuenta y con el asombro familiar, fui asumiendo el desafío de ser mujer política” (Argimón, 2000: 8).

Igualmente, a deputada Sandra Etcheverry, também do Partido Nacional, expressa em sua página web:

“Comencé políticamente en el año 1984 con sólo 16 años. Con el regreso de Wilson Ferreira a nuestro país, me sentí atraída por su figura y carisma con lo cual me siento invitada a participar en las filas del Partido Nacional. Me inicié como cualquier joven militante participando de pintadas, pegatinas, entregando listas, totalmente atrapada por la apertura democrática y ese sentimiento de libertad que antes no había podido vivir” (www.setcheverry.depolitca.com.uy).

Outro testemunho significativo é o de uma das deputadas que durante quase toda a entrevista falou em seus filhos e em sua família. Esta mulher chegou como titular à Câmara dos Deputados na atual Legislatura. Na Legislatura anterior, atuou em alguns momentos como substituta, o que lhe permitiu sentir o que é o trabalho parlamentar.

Conversando sobre sua atuação e sobre as coisas que a motivam para o trabalho na política, a deputada Payssé comenta que existem situações da vida que lhe parecem inaceitáveis, e contra as quais está disposta a trabalhar no Parlamento. Lembra uma peculiar situação da época da ditadura fortemente ligada a seu papel de mãe:

*“Mi actividad política empezó, yo te diría que cuando se creó el Frente Amplio, en el año 1971 y después con un impás obvio por el tema de la dictadura durante la cual tuvimos que ingeniarnos los uruguayos y las uruguayas para poder seguir transmitiendo nuestras ideas y sobretodo educar a nuestros hijos en una circunstancia muy peculiar. La dictadura, marcó a este país y a los uruguayos **mucho**. Pero la impotencia que uno vivió en esa etapa, la impotencia por ejemplo, de criar a los hijos con cuestiones que te dirigían otros. Tu tenías que llevar a tu hijo a la escuela y tenía que tener el pelo que no le tocara el borde de la camisa, atentados contra lo que es, los derechos de los seres humanos en su concepción más estrictas”.*

É muito interessante este excerto de seu discurso, pois mostra a indignação da deputada pela falta de liberdade e a rigidez com que na ditadura eram marcados os padrões de conduta. No entanto, esse sentimento não condiz com algumas atuações suas também bastante rígidas no que concerne com a legislação “de gênero”. Daniela Payssé é a única deputada que não aprova o projeto de lei sobre a despenalização do aborto, por exemplo. Em alguns momentos da conversa que

mantivemos, era evidente que algumas de suas idéias estavam pautadas por uma formação católica que, por momentos, a tornam uma pessoa pouco tolerante em face da diferença.

Por outro lado, a senadora Percovich, ao recriar a história de sua militância política, lembra o período da ditadura e expõe claramente o cruzamento entre ser militante e as vivências do cotidiano, do lar:

“La dictadura tuvo eso, los miedos, la desaparición de los compañeros, eso fue muy fuerte también, ¿no? Fue muy fuerte tratar de preservar la tranquilidad en la casa y para las chiquilinas, que veían desaparecer a los compañeros, fue brutal”

Sem dúvida, esses testemunhos poderiam ser pensados como exemplos do quanto a ditadura afetou o espaço privado. É assim que algumas analistas estabelecem que, nessa época, “se politizó el ámbito privado”. E isso implicou que entre os que opuseram resistência à ditadura, as mulheres desempenharam um papel muito importante. Conforme a historiadora Graciela Sapriza, “lo hicieron desde abajo, desde los espacios de la vida cotidiana, de la familia, de la comunidad, de centros deportivos y parroquias”. (Sapriza, 2003:14) As casas, o bairro, os salões das paróquias, as escolas viraram espaços de resistência. Espaços esses que faziam parte do dia-a-dia dessas mulheres e onde elas foram forjando laços e redes de informação e de ajuda que lhes permitiram resistir e proteger seus filhos – na medida do possível – do clima autoritário que se vivia. Ao mesmo tempo – e por outro lado –, esses espaços serviram como “laboratório” de uma nova política entre mulheres, espaços onde elas transitavam e onde tinham legitimidade. Transformaram-se em lugares de debate e troca política e, surpreendentemente, as mulheres apareciam como as “expertas” nesses espaços cujas regras e lealdades eram quase desconhecidas para os homens:

“...éramos unos inconscientes, porque igual con los carritos y con las bebas en brazos íbamos y repartíamos volantes. En diciembre, el día del

cumpleaños de Seregni²⁷, pasábamos por debajo de las puertas, “el recuerdo al General”. Yo que sé, eran cosas que hacíamos y por supuesto preparábamos los paquetes para los presos. Sabíamos las que hacíamos eso, que éramos todas mujeres, que había gente que no nos abría la puerta. Sabían que éramos del Frente y se morían de miedo, porque claro, éramos un “farol”. Pero bueno, por eso te digo que eso eran tareas más bien de mujeres hacerlas, como que teníamos más posibilidades de hacerlo.”

Quanto à criação de suas filhas, a senadora Percovich lembra o quanto o clima se tornou tenso para as meninas e considerou oportuno mudá-las de instituição educacional, já que o lugar aonde compareciam, por estar localizado no mesmo bairro no que elas moravam, passou a ser inseguro:

“Tuve que sacar a las chiquilinas del jardincito donde estaban, que eran divinas las maestras y las directoras, pero los milicos del barrio les habían hecho la cruz a las chiquilinas. Las gurisas no tenían la culpa, las metí en el Seminario²⁸, colegio donde estaban todos los hijos de nuestros compañeros presos y exiliados. Ya te digo, la dictadura fue un momento de miedos, de broncas, también de tranquilidad en el sentido de poder criar a las gurisas, estar ahí. Yo trabajaba y en determinado momento también dejé de trabajar.”

Causa espanto neste trecho do discurso da senadora a palavra “tranqüilidade”. A que se refere quando diz “tranquilidad en el sentido de poder criar a las gurisas”? Isso parece ficar mais claro só quando conclui a frase dizendo “en determinado momento también dejé de trabajar”. Não cabe a mais mínima dúvida de que essa tranqüilidade tem a ver com a necessidade imperiosa de estar mais perto de suas filhas, de não deixá-las sozinhas, de acompanhar cada um de seus movimentos. Resulta significativo que, em um texto referido às mulheres que viveram a ditadura no Uruguai, Susana Mallo, analisando a violência do período, fale de uma “una sutil vivencia del horror que trasladada a la cotidianeidad, se convirtió en una normalidad que ocultaba la latencia permanente del miedo y la muerte” (Mallo, 2003: 259). Também parece que, ao impor-se sua presença na casa, a fim de cuidar das filhas e

²⁷ Fundador do *Frente Amplio*, militar dissidente da ditadura que foi preso durante todo o governo militar.

²⁸ Colégio privado de tradição católica jesuíta, com alto prestígio em Montevideu.

para ter mais controle sobre as atividades, as mulheres “voltam” ao âmbito do lar, algumas ao deixar de trabalhar, outras ao permanecer mais perto de seus filhos. Parece que a ditadura é acompanhada por uma forte retraditionalização dos papéis de gênero, colocando as mulheres como cuidadoras privilegiadas dos filhos e, muitas vezes, tendo que renunciar aos espaços públicos conquistados, sejam de trabalho, de militância ou simplesmente aqueles que implicassem mais tempo fora de casa.

É interessante constatar como aspectos como a desapareição das pessoas são fatos que se integram à vida destas pessoas envolvidas na política. Em plena entrevista, a senadora assinala uma foto pendurada em seu gabinete e explica:

“El primer desaparecido era un compañero del comité nuestro que era un encanto, y lo brutal es que el día que le sacaron esa foto a mi nieto, este año, en el Memorial²⁹, justo la foto que saca el fotógrafo, que es un amigo, con los nombres de los desaparecidos y mi nieto corriendo atrás, sale el nombre de Roberto Gomensoro que era el compañero, el primer desaparecido de mi comité. Impresionante, ¿no? Esa foto para mi tiene mucho... es impresionante ¿no?”

Desde os inícios dos conflitos regionais, a senadora Margarita Percovich esteve envolvida nas tarefas de discussão, organização e resistência ao autoritarismo. Entre os anos 1966 e 1967, sua militância montevidense cruzava-se com destinos de brasileiros exilados:

“Entonces hacía tareas como internas de formación, relaciones internacionales, era el momento más duro, por ejemplo, de persecución a los brasileiros, y de tortura a los brasileiros y, bueno, yo era encargada de recibirlos, de recibir los testimonios de los brasileiros que venían torturados, etc.”

Das legisladoras entrevistadas, Percovich é a única que alude a uma situação regional e internacional tão próxima. Talvez seu envolvimento nas próprias estruturas

²⁹ O *Memorial de los Desaparecidos* (Memorial dos Desaparecidos) é um monumento de vidro com os nomes dos uruguaios e uruguaias desaparecidos durante o período da ditadura. Está localizado em uma colina da cidade e se constituiu em um símbolo político da reconstrução da memória coletiva.

partidárias desde antes da ditadura lhe tenha permitido realizar um trânsito mais institucional e com responsabilidades que transcendiam as atividades nacionais.

No que diz respeito à abertura democrática, a senadora Percovich lembra os esforços realizados para gerar discussão e voltar a pensar em uma sociedade nova. A CONAPRO, que foi a *Concertación Nacional Programática* (Concertação Nacional Programática), instância de debate entre políticos, intelectuais e movimentos sociais na saída da ditadura, marca sem dúvida uma etapa e tanto, uma das primeiras utopias de equidade entre as mulheres uruguaias. Este é um tema que aparece em testemunhos das mulheres.

“...las mujeres habíamos peleado para tener un espacio mujer en la CONAPRO, y nos dijeron que no primero, y nosotras dijimos ‘bueno, igual nos vamos a instalar’ y nos instalamos igual, blancas, coloradas, frenteamplistas, del PGP. Eso funcionó muy bien, y elaboramos un programa e hicimos un diagnóstico país para las mujeres. Cuando asumí Sanguinetti³⁰, la CONAPRO se acabó, nunca más la citaron, ni pasó nada, ni se aplicó nada. Y las mujeres seguimos funcionando, años seguimos funcionando (...) y seguimos alimentando unas a otras para ver si aquel diagnóstico que habíamos hecho, podíamos irlo cumpliendo...”

Muitos desses esforços programáticos ficaram no caminho, e a lógica do campo da política, altamente masculinizado, foi derrubando as tentativas destas mulheres. No entanto, elas não se deram por vencidas e cada vez que uma ingressava a um cargo político ou era chamada para alguma função pública, tentava levar a esse espaço a discussão que tinha promovido junto com as outras:

“Las mujeres de la CONAPRO, apoyamos a Adela Reta que era la Ministra de Educación y Cultura para que creara la Secretaría de la Mujer. Diosma Píoti fue la primera encargada. (...) Estaba Laura Albertini en el Ministerio de Salud Pública, entonces impulsamos políticas... siempre hicimos eso. Estuviera la mujer que estuviera, le exigíamos que las políticas de la mujer las cumpliera. Nunca interrumpimos el diálogo entre nosotras, nunca, nunca, nunca”

³⁰ Primeiro Presidente da abertura democrática. Dr. Julio María Sanguinetti – Partido Colorado.

Também existe a realidade da profunda exclusão que significou a abertura democrática para as mulheres políticas. Da mesma forma em que Percovich assinala que na CONAPRO não foi permitido, em princípio, um grupo de mulheres, a senadora Xavier aponta que *“este país, en la reapertura democrática, no logra ninguna mujer titular como legisladora, y las mujeres en la dictadura si habrán sostenido la lucha por la recuperación democrática, pero ninguna logra entrar como titular”* .

6.2 Feminismo, visão de gênero ou simplesmente diferenças

Um ponto interessante que é possível distinguir de forma bem diferenciada entre as entrevistadas tem a ver com a aproximação e o “convencimento” com respeito ao feminismo. As posições entre as legisladoras são muito diversas e é claro que, enquanto para algumas o feminismo constitui uma militância e uma luta de sempre, para outras, ele transformou-se em uma ferramenta de trabalho indispensável só quando ingressaram ao Parlamento; ainda, em outros casos, chega a negar-se qualquer vínculo pessoal com o feminismo.

No primeiro tipo, situa-se: *El feminismo desde siempre, mi cable a tierra*. É a atitude descrita pela senadora Percovich, ao explicar que, para ela, *“la militancia política fue junto con la feminista por que después íbamos dando todas las otras peleas pero ya incorporando la visión feminista”*. Cabe lembrar que Margarita Percovich foi eleita deputada nacional, mas não assumiu esse cargo, mantendo-se na vereança, na Junta Departamental de Montevideú. Esse episódio tem a ver, para ela, com um compromisso em relação ao trabalho com as mulheres. Ainda que naquele momento, passar para o Parlamento teria implicado um grande salto de prestígio e *status* em sua carreira pessoal, ela optou por manter-se em um lugar que lhe permitisse o contato com alguns grupos de mulheres, bem como consolidar certos avanços nas políticas públicas da cidade.

O contato com um grupo de pares com o qual se compartilham prioridades, idéias sobre a vida e lutas parecem fundamentais para esta legisladora, que não renega sua condição de feminista e que entende que essa é sua verdadeira batalha política, a que visa atingir a equidade entre homens e mulheres. Nessa mesma esteira, mas de uma perspectiva mais jovem, a deputada Beatriz Argimón parece coincidir com Percovich. Para a primeira, a amizade e a troca em termos desses interesses de lutas é central:

“Puedo decir que soy amiga de la senadora Margarita Percovich y de la edila Glenda Rondán, amigas excediendo lo estrictamente de actividades políticas. Sí, sin lugar a dudas. A veces es mucho más fácil, en los momentos difíciles de las internas [partidarias], intercambiar miradas con alguien, con una mujer que está en otro partido que con una que está en el tuyo.”

Resulta claro que a deputada encontra nas duas colegas mencionadas acordo com respeito à dimensão feminina da política. Provavelmente, as outras mulheres do Partido Nacional, ao não terem uma clara consciência de gênero, não enchem os mesmos problemas nem combatem nas mesmas lutas que Argimón, quem se sente mais apoiada e compreendida por outras mulheres políticas que, não sendo de seu partido e nem compartilhando sua ideologia, dividem com ela a experiência de serem mulheres em um campo nitidamente masculino e são conscientes disso.

Coincidentemente, Percovich indica o quanto o grupo de amigas é fundamental para ela: *“¿Sabés qué para mí fue muy importante...? El grupo de amigas feministas, que eran las que te sacan de la discusión eterna política, del acoso super-estructural, etc. para poder tener **tu espacio de reflexión** política con otra cabeza cotidiana, de reflexión, eso para mí fue muy importante siempre tenerlo, yo siempre dije ‘mi cable a tierra’”.*

Aqui se apresenta um modo singular de ver a política. Aparece um conceito de política *superestrutural*, ideologizada e eterna em suas discussões. Pelo tom da entrevistada, essa parece uma política que não resolve, que não é prática, que não

traz contribuições. No entanto, haveria outra política, que é a que ela consegue exercer com suas amigas feministas, uma política “*con cabeza cotidiana*”. Esta parece mais aliviadora, mais eficiente, podendo sarar ou curar realmente.

Segundo Percovich, *“El enriquecimiento y el aporte que yo le llevo a la política y que le traje a la Vertiente y al Frente Amplio es gracias al feminismo. Es evidente que da otra visión. (...) Cuando tu incorporás la ideología feminista, es **EL** aporte a la política de izquierda, es **EL** aporte. [a entrevistada coloca uma forte ênfase nisto] Es rever todo lo tradicional que habías aprendido, lo que es el sistema económico, el sistema político. Empezás a repensarlo todo de vuelta, todo de vuelta. Entonces, incorporás otras categorías que te hacen repensar y te hacen cambiar el gatillo, el feminismo a mi me cambió como persona”*

No segundo tipo localizamos às legisladoras que descobrem no feminismo um instrumento necessário para o trabalho em política, mas que realizam essa descoberta quando já estão na política. É o caso da senadora Xavier, que reflete sobre a necessidade de uma visão de gênero e sobre a importância das contribuições do movimento de mulheres para melhorar sua atuação parlamentar.

Diante da pergunta “Quando começou a militância política tinha algum contato com algum grupo de mulheres ou militância feminista?”, a senadora – que se incorporou ao Partido Socialista em sua juventude – explica que sua militância era no interior do Partido e que era nitidamente político-partidária, “*sin una visión ni estrategia de género*”. O interessante é que, na reflexão, surge claramente como ela foi incorporando essa visão e estratégia:

“Es muy difícil desde las estructuras políticas incorporar la visión de género. En realidad, uno la adquiere fuera de las estructuras políticas organizativas, la adquiere en la medida que se nuclea con mujeres que llevan adelante una firme defensa por los derechos de las mujeres, y entonces yo reconozco que descubrí de alguna manera la necesidad de transversalizar todas las actividades con una visión de género, una vez que empecé a tener un mundo exterior fundamentalmente en la política. Mientras estuve en el aparato, el aparato esta monopolizado, no sólo por

los hombres sino también por una concepción absolutamente machista, porque es difícil encontrar hombres que tengan visión de género, te diría que en la estructura, en el aparato es casi imposible.”

Em primeiro lugar, observemos que esta legisladora não se refere estritamente ao feminismo, mas, chegando a este conjunto de idéias em um contexto mais recente, utiliza uma terminologia bem atual e menciona uma *visão de gênero*. A senadora Xavier está preocupada com as desigualdades entre homens e mulheres e expressa que, através da visão de gênero, essas desigualdades começam a ser entendidas. Para superá-las, é necessária uma estratégia conjunta entre mulheres, a partir da qual se reflita e sejam articuladas e geradas propostas. Ela, porém, não percebeu a necessidade disso até que seu próprio trabalho parlamentar o exigiu. Também é preciso considerar que, se bem que as mulheres no Parlamento uruguaio sejam poucas, algumas delas têm uma clara noção dessas desigualdades e estão fortemente engajadas com as vias para superá-las. Mónica Xavier pertence ao mesmo setor político que a ex-deputada e atual Ministra Daisy Tourné, quem conta com uma afortunada trajetória em lutas pelos direitos das mulheres e que imprime nos debates uma força significativa. Provavelmente, Xavier toma dessa colega, como de outras, essa visão de gênero que agora resulta imprescindível para seu trabalho parlamentar.

Neste caso, verifica-se coincidência com respeito à constatação da desigualdade e não há temor em aceitar que as mulheres devem realizar um esforço maior para que seu trabalho atinja visibilidade no Parlamento: *“Sin lugar a dudas la discriminación existe, y que algunas sorteemos de mejor manera los obstáculos no quiere decir que la discriminación no sea muy dura a la interna del ambiente político”*.

Conforme a senadora, a discriminação e as dificuldades que enfrentam as legisladoras tornam-se mais notórias quando se trata de introduzir temas de gênero na agenda legislativa: *“Cuando querés hablar de salud reproductiva, cuando querés hablar de participación femenina... ese tipo de cosas, notas que es: ‘otra vez con la*

*pelotita en la casa de la vecina*³¹(...) *Entonces siempre hay alguna excusa para que los temas de género no entren*”.

Como terceiro tipo – e no outro extremo do espectro – encontra-se a visão da deputada Payssé, que reflete um modo de ver e de sentir o tema do feminismo e da visão de gênero muito diferente das anteriores. Ela faz questão de esclarecer: *“Quiero decirte que yo no me defino como una militante feminista, y eso mis compañeras lo saben. Me defino como una mujer preocupada por estas desigualdades y estas inequidades, pero el motor principal de mi tarea no va exclusivamente, digamos, por esas reivindicaciones feministas que a veces cae en un “ismo” tan embromado a mi juicio como el machismo*”.

A deputada, antes de falar em discriminação, feminismo ou gênero, sente-se mais à vontade estabelecendo que homens e mulheres são diferentes: *“Los hombres piensan con cabeza de hombres y las mujeres pensamos con cabeza de mujeres y es necesario que esos pensamientos se complementen*”.

Depois de analisar pormenorizadamente a entrevista realizada com a deputada, extrai-se claramente de suas palavras que não é primordial para ela o tema dos direitos das mulheres e que não estamos diante de um caso de mulher política com consciência de gênero. Isso é razoável, pois nem todas as mulheres políticas têm necessariamente essa visão. Para a deputada, os problemas de relacionamento no espaço legislativo têm pouco a ver com o fato de ser homem ou mulher. Do seu ponto de vista, as dificuldades estão relacionadas com posicionamentos em face das determinadas matérias legislativas:

“Yo creo que más que para hombre y para mujeres, hay una cuestión de a determinada profesión corresponde determinada comisión. Por ejemplo, la Comisión de Constitución y Códigos tienen que estar todos los abogados, en la Comisión de Salud los médicos, cosas que no tienen por que ser así.

³¹ A expressão “otra vez con la pelotita...” é uma típica expressão que transmite rejeição, implicando que quem quer falar vai ser chato, pois vai reiterar assuntos inoportunos. Essa é a sensação experimentada pela senadora quando propõe temas de gênero diante de seus colegas homens.

En ese marco creo que están dadas las diferencias por como se conciben las comisiones más que por ser hombre o mujer”.

Em nenhum excerto do texto da entrevista, a deputada assinala diferenças na hora do trabalho parlamentar. No entanto, na seguinte seção, veremos que, interrogada pelos desafios de conciliação entre a vida política e a vida familiar, surgem algumas situações que marcam diferenças entre homens e mulheres, embora ela, em nenhum momento, o visualize dessa forma ou atribua as dificuldades pelas que passou, a possíveis situações de desigualdades sociais de gênero.

6.3 Família e política: conciliação possível mas difícil

O terceiro eixo analítico que aparece como central para nossos objetivos é a articulação do mundo privado e do mundo público destas mulheres, a capacidade para levar uma carreira política ao mesmo tempo em que são mães, filhas, profissionais e responsáveis por inúmeras tarefas relativas à maternidade e ao âmbito do lar.

Diante da pergunta de como é conciliar a vida familiar com a carreira política, as entrevistadas concordam em que não é fácil. Cada uma, desde seu lugar de mãe, teve e tem estratégias para cumprir com o papel e as responsabilidades da casa que – elas observam – não têm seus colegas homens. Conversando com a senadora Xavier sobre estes assuntos, ela lembrava um comentário de sua ex-colega de Senado, a atual Ministra de Desenvolvimento Social, Marina Arismendi (Partido Comunista – *Frente Amplio*) e contava-nos: *“Y sí, Marina en la legislatura pasada decía cuando empezaba a llover, ‘¿quién de estos se está preguntando si dejó ropa colgada?’ O si los chiquilines están en la casa”.*

Há uma constante imagem entre as legisladoras de que seus colegas homens *“pueden concentrarse más en lo que quieren hacer”*. Essa idéia está relacionada com a forma em que as mulheres *“pensamos con cabeza de mujeres”*. Parece que para a própria atividade de trabalho – no caso que nos ocupa, político-parlamentar –, as

mulheres “levam” uma série de responsabilidades das quais não conseguem “libertar-se”, nem sequer em situações de alta exigência de trabalho.

A deputada Daniela Payssé, que tem seis filhos – atualmente entre 37 e 18 anos de idade – lembra que, quando eles eram pequenos, não era fácil gerenciar uma família tão numerosa, mas destaca a ordem e o método como qualidades indispensáveis para harmonizar ambas as esferas da vida:

“Y ¿cómo se armoniza eso con una familia numerosa?, ¿cómo se armoniza eso con otras actividades que uno tiene? Yo siempre fui ordenada en cuanto al funcionamiento de mi casa, yo nunca tuve mucha gente que me ayudara, más bien que me arreglé sola con mis hijos; en algunas épocas de la vida que tenía que dejar algún bebe para ir a trabajar, entonces si recurrí a alguien que me diera una mano, pero yo creo que el tener método en la vida es fundamental, en todos los órdenes de la vida...”

Para poder conciliar essas duas esferas da vida e obter resultados positivos, tanto no trabalho como no lar, aparece a auto-exigência, a disciplina e a ordem como elementos que devem estar presentes nas vidas destas mulheres. A deputada Argimón lembra: *“Lo que sí tuve que tener fue mucha disciplina, porque fundamentalmente en los momentos de períodos electorales con los nenes chicos (yo tengo dos hijos), ahí se complica mucho la dinámica familiar. Pero bueno, es en base a mucha disciplina y de algunos supuestos renunciamientos”.*

Justamente com respeito a essa situação que descreve Argimón, Percovich lembra:

“Yo a la tarea concreta política llegué ya siendo muy mayor, ya mis hijas estaban bastante crecidas. Yo veía las dificultades que tenían las que tenían hijos chicos y cuando yo era edila en el año 90, Beatriz Argimón tuvo el primer o segundo hijo, Doris también y de mi secretaría tenía que cuidarles los hijos cuando ellas estaban en comisiones o en sala. Es decir, no es nada pensado para ayudar a las mujeres que tienen esa doble jornada y esa responsabilidad y no te vas a estar limitando a tener hijos. Con todo para mí fue bastante difícil porque yo tenía a mi hija menor adolescente.”

Percovich relata que, para além da não ter vivido os avatares da infância de suas filhas quando atuou na Junta ou no Parlamento³², viu de perto as situações vivenciadas por suas colegas e teve que enfrentar outras dificuldades decorrentes do papel de mãe de uma adolescente revoltada, que contestava e que não se conformava com a opção de sua mãe pela política.

Nessa dimensão das responsabilidades familiares, a deputada Payssé relata como lembra ela seus dias de militância quando seus filhos ainda eram pequenos:

“...obviamente que es difícil, cómo no va ser difícil, por ejemplo en una familia numerosa como la que yo tenía, llegar a casa y tener que lavar en una lavadora de vaiven, la ropa de toda esa cantidad de chiquilines, las túnicas³³ blancas y todo lo demás, cuando uno venía ya cansado, y después de terminar todo eso había que preparar la cena y había que encarar el trabajo futuro y había que ir a una reunión política para acordar alguna cuestión. Sí, es difícil. (...) en ese marco siempre como que desafié un poco las dificultades y traté de ponerme al hombro la mochila de la responsabilidad de vencerlas.”

É evidente que as legisladoras entrevistadas estão em boa medida treinadas e dispostas a contar estas coisas, sendo que as listas de relatos sobre o que implica conciliar a vida familiar, as responsabilidades, com a opção de uma carreira política são muito variadas. A idéia central desta seção é visibilizar essa conciliação e colocar em evidência as diferenças que enfrentam as mulheres que resolvem assumir um compromisso político. Como já foi dito, o campo político, altamente masculinizado, não está preparado para receber membros que, além de debater no plenário ou estudar temas por dias e dias para legislar, precisam “tocar” um lar e ser responsáveis por outras pessoas, geralmente seus filhos. A vida política, além de um alto nível de exposição no universo público, demanda uma presença quase permanente que dá pouca trégua a outro tipo de tarefas.

³² Cabe lembrar que Percovich viveu a infância de suas filhas em plena ditadura, o que lhe deu uma experiência diferente em relação ao que relata Argimón.

³³ Prenda que utilizam os estudantes de escolas públicas primárias para comparecer à aula, de uma cor paradoxal para as crianças: brancas.

7. CONCLUSÕES

O ingresso das mulheres ao campo político foi uma conquista construída através de lutas específicas em diferentes contextos culturais. O presente trabalho visa compreender a dinâmica da atuação política das mulheres no marco da democracia conquistada em 1985 no Uruguai, mas também refletir sobre a presença das mulheres no mundo da política em termos mais gerais. Fenômenos como o triunfo de Michael Bachelet na Presidência chilena, Cristina Hernández de Kirchner, na Argentina e a proeminente candidatura de Hilary Clinton nos Estados Unidos estão apontando para alguma coisa que está acontecendo no mundo da política.

É claro que este trabalho de dissertação não pretende dar resposta a esses fenômenos, mas, através da interiorização nas trajetórias das legisladoras uruguaias, levanta algumas das dificuldades e desafios que se apresentam para as mulheres que optam pelo campo político.

Ainda que não surjam aqui explicações precisas com respeito à ascensão das mulheres no marco internacional, a reflexão pretende aprofundar nas mudanças que estão tendo lugar na esfera política. Sem dúvida, algumas questões que até agora correspondiam claramente a um mundo masculino e “vedado” para as mulheres abrem-se para estas precursoras no poder político. Não sabemos com clareza ainda se isso implica a efetiva incorporação das mulheres à esfera política ou se responde a casos pontuais, respostas a situações estratégicas.

Poder-se-ia pensar que, no caso da Argentina, o triunfo de Cristina está relacionado a seu vínculo matrimonial e à necessidade de continuidade do poder do Partido Justicialista sem maiores impactos no interior do Partido. Quem melhor exprime essa continuidade é a própria esposa do ex-Presidente, que, por sinal, conta com uma carreira “própria” na política, pois era senadora no governo de seu marido. No entanto, a Argentina tem sido um dos exemplos latino-americanos de maior destaque em termos de legislação de cotas para as mulheres no Parlamento e de cumprimento

da mesma. A lei que estabelece que 30% das cadeiras no Congresso devem estar ocupadas por mulheres é de 1991 e, embora ainda não estejam disponíveis as percentagens da última eleição (outubro de 2007), no período anterior, 35% dos congressistas eram mulheres, ocupando o lugar nove no ranking mundial de participação feminina no Poder Legislativo.

No caso de Hilary, mulher que vem demonstrando força e solvência, mas sempre muito vinculada à imagem de seu marido, o ex-Presidente Clinton, está despontando uma interessante situação. Lembremos que os Estados Unidos localizam-se no lugar sessenta e cinco no ranking mundial, ao contar com apenas 16% de mulheres no Parlamento, muito por debaixo da maioria dos países europeus e até de vários latino-americanos. No caso desta candidata, e orientando-nos por algumas das atuais análises da imprensa, ela parece estar abrindo uma trilha diferente. As diferentes pesquisas mostram que ela vem melhorando seu desempenho como candidata graças à captação do eleitorado feminino. Ao que parece, as mulheres americanas estão começando a inclinar-se por uma mulher para ocupar um dos lugares de maior poder no mundo – sem exagero algum.

Voltando ao nível de nosso trabalho, resulta interessante discutir sobre as estratégias das mulheres na política. Uma das primeiras dúvidas que surge é se os casos referidos acima são produto da articulação e estratégia de consolidação de cada uma delas ou se são produto do contexto político e da contingência que convinha a seus partidos, seus maridos, ao sistema.

No caso das legisladoras uruguaias, foi possível constatar uma série de estratégias de mobilidade dentro do campo político que nem sempre faz parte do discurso explícito, mas que, ao longo de nosso trabalho, ficou em evidência como discurso latente. Em alguns casos, foi inclusive surpreendente constatar que essas estratégias fossem explicitadas. Uma das senadoras entrevistadas confessava: *“...hago estrategia de seducción femenina (...) A mi lo que me importaba era que saliera la cosa, [mesmo que fosse] adulando...”*. O que a senadora chama de

“sedução feminina” acaba sendo a reprodução do modelo de relações sociais de gênero tradicional de sedução/submissão, conforme o qual a mulher se apresenta como sedutora mas frágil – neste caso, inexperiente, sem conhecimentos suficientes. A senadora relata as palavras que utilizou para que um colega homem articulasse em seu favor na aprovação de uma lei que ela pretendia colocar em discussão: *“Mirá que vos sabés... yo de esto no entiendo nada... ¿a vos que te parece? Yo desde el punto de vista de la mujer te digo que pasa esto...y tendríamos que hacer esto”*. É surpreendente como a própria senadora é plenamente consciente de sua “manobra” e do uso de recursos que apelam para esse tipo de modelos de relacionamento.

Em outros casos, o discurso não é explícito, mas surge como um sub-texto. Uma das deputadas entrevistadas é plenamente consciente de sua capacidade de chegar à imprensa e, sutilmente em seu discurso, ao falar de como se organizam as mulheres políticas, ela diz ter uma melhor agenda de contatos com a imprensa do que outras legisladoras. Juntando esta colocação com algumas de outras legisladoras, resulta claro que, quando elas resolvem sair para a imprensa com alguma notícia referente a seus avanços ou dificuldades no Parlamento, recorrem a essa deputada que tem um bom “feedback” com a mídia.

É preciso esclarecer que estas questões relativas às estratégias para o melhor posicionamento das mulheres e dos temas de gênero não são comuns a todas as legisladoras. Existe uma “vanguarda” de legisladoras – talvez quatro dentre elas em um total de dezesseis – que são de fato conscientes e utilizam as ferramentas descritas no anterior parágrafo. O resto das parlamentares provavelmente apoie algumas das iniciativas e outras não, ou se vejam mais comprometidas com alguns dos temas e menos com outros.

Uma das principais perguntas que deixa este trabalho – e que junta o contexto político-histórico atual com os textos recolhidos nesta dissertação – está ligada à questão da significação que estas mudanças têm no nível mundial. Cabe interrogar

também que implica para um país como o Uruguai que comecem a surgir imagens como estas no mundo da política.

8. BIBLIOGRAFIA

- ✓ Aguirre, Rosario. 1991 *La participación socio-política de las mujeres en Uruguay*. CIEDUR, Serie Investigaciones No. 92. Montevideo.
- ✓ _____. 1993. *Mujeres latinoamericanas en cifras*. Uruguay. Instituto de la Mujer – España y FLACSO. Santiago de Chile.
- ✓ _____. 1997. *El maternalismo en las políticas sociales*. Em: La ciudadanía a debate. Serie Ediciones de las mujeres. No. 25. ISIS Internacional y Centro de Estudios de la Mujer –CEM- Santiago de Chile.
- ✓ _____. 1998. *Sociología y Género. Las relaciones entre hombres y mujeres bajo sospecha*. Ed. Doble Clic. Montevideo.
- ✓ _____. 2001. *La subrepresentación de las mujeres en la política. Un desafío para el siglo XXI*. Em: Seducción o desilusión: la política latinoamericana contemporánea. Ediciones Banda Oriental. Montevideo.
- ✓ Argimón, Beatriz. 2000. *Sin pedir permiso. Nosotras, mujeres políticas blancas*. Montevideo.
- ✓ Barreiro, Line et. alt. 2004. *Sistemas electorales y representación femenina en América Latina*. CEPAL. Santiago de Chile.
- ✓ Batthyány, Karina. 2004. *Cuidado infantil y trabajo: ¿un desafío exclusivamente femenino? Una mirada desde el género y la ciudadanía social*. OIT–CINTERFOR. Montevideo.
- ✓ Bataille, Philippe; Gaspard, Françoise. 2000. *Cómo las mujeres cambian la política y por qué los hombres se resisten*. Ediciones de la Flor. Buenos Aires.
- ✓ Beauvoir, Simone. 1949. *O segundo sexo*. Círculo do Livro. São Paulo.
- ✓ Bonetti, Alinne de Lima. 2003. *Entre femininos e masculinos: negociando relações de gênero no campo político*. Cadernos PAGU. No. 20 UNICAMP. Campinas.
- ✓ Bourdieu, Pierre. 2000. *La dominación masculina*. Ed. Anagrama. Barcelona.
- ✓ _____. 1989. *O Poder Simbólico*. Editora Bertrand. Rio de Janeiro.
- ✓ Bourdieu, Pierre; Wacquant, Loic. 1995. *Reflexiones para una antropología reflexiva*. Ed. Grijalbo. Méjico.

- ✓ Caetano, Gerardo. 2001. *La ciudadanía hiperintegradora y la matriz política del Uruguay moderno*. Em: Ciudadanía en tránsito. Ediciones Banda Oriental. Montevideo.
- ✓ _____. 2003. Intervención en la Comisión Especial de Género y Equidad de la Cámara de Representantes. Actas de Sesión del Poder Legislativo.
- ✓ Comisión Nacional de Seguimiento de Beijing. El Estado Uruguayo y las mujeres: monitoreo de políticas públicas. www.mujeresdelsur.org.uy
- ✓ De Barbieri, Teresita. 2003. *Género en el trabajo parlamentario. La legislatura mexicana de fines del siglo XX*. CLACSO – ASDI. Buenos Aires.
- ✓ Dex, Shirley. 1991. *La división sexual del trabajo. Revoluciones conceptuales en las Ciencias Sociales*. Ministerio de Trabajo y Seguridad Sociales. Madrid.
- ✓ Filgueira, Nea. 1989. *Participación Política de las mujeres. Realidades y obstáculos en el Uruguay de hoy*. GRECMU. Montevideo.
- ✓ Foucault, Michael. 1996 *El sujeto y el poder*. Em: Revista de Ciencias Sociales. Departamento de Sociología-Facultad de Ciencias Sociales. FCU. Montevideo.
- ✓ González Rissotto, Rodolfo. 2004. *Mujeres y política en el Uruguay*. Ediciones de la Plaza. Montevideo.
- ✓ IDEA. 2002. *Mujeres en el Parlamento. Más allá de los números*. Serie Manuales. International Institute for Democracy and Electoral Assistance. Estocolmo.
- ✓ Instituto Nacional de la Familia y la Mujer (MEC) y UNIFEM. 2000 Documento Nacional sobre la situación de la mujer en el Uruguay. Avances post Beijing 1995–2000.
- ✓ Johnson, Niki. 2000. *¿Democracia a medias? La representación de las mujeres en cargos políticos electivos en Uruguay*. Em: Revista Uruguaya de Ciencia Política. No. 12. Instituto de Ciencia Política–Facultad de Ciencias Sociales. Montevideo.
- ✓ _____. 2002. *La subrepresentación femenina en cargos electivos en Uruguay, 1984 – 2000: un análisis institucionalista*. Em: Participación política

de las mujeres en Uruguay 1985–2000. Informe para Comisión Sectorial de Investigación Científica. Facultad de Ciencias Sociales. Montevideo.

- ✓ _____. 2005. *La política de la ausencia*. Comisión Nacional de Seguimiento. Mujeres por Democracia, Equidad y Ciudadanía. Montevideo.
- ✓ _____. 2005 *Cambia, ¿todo cambia? Las mujeres en las elecciones uruguayas de 2004*. Em: Las claves del cambio. Ciclo electoral y nuevo gobierno 2004/2005. Colección Política Viva. Ediciones de la Banda Oriental. Instituto de Ciencia Política. Montevideo.
- ✓ Lessa, Alfonso. 2003. *Estado de Guerra. De la gestación del golpe del 73 a la caída de Bordaberry*. Editorial Fin de Siglo. Montevideo.
- ✓ Lissidini, Alicia. 1992. *Mujer y cargos de representación política en el Uruguay (1950 – 1989)*. Em: Revista de Ciencias Sociales. Departamento de Sociología – Fundación de Cultura Universitaria, Montevideo.
- ✓ _____. 2002. *Uruguay y la centralidad de la política*. Em: Cavarozzi, M y Abal Medina, J. M. El Asedio a la política. Los partidos latinoamericanos en la era neoliberal., J. M. HomoSapiens Ediciones. Buenos Aires.
- ✓ Mallo, Susana. 2003. *Violencia, conciencia y memoria: los restos de la dictadura*. Em: Memorias para Armar. Volumen 3. Editorial Senda. Montevideo.
- ✓ Meneguello, Rachel. 2005. Percepções públicas do Congresso Nacional: o paradoxo da democracia brasileira. Em:
<http://www.comciencia.br/reportagens/2005/07/14.shtml>
- ✓ _____. 2001a. *El impacto de la democratización del estado sobre el desarrollo de los partido brasileños (1985-1998)*. Em: Seducción y desilusión: la política latinoamericana contemporánea. Ediciones Banda Oriental. Montevideo.
- ✓ _____. 2001b. *Sobre los viejos clivajes del comportamiento político: bases electorales partidarias en Brasil en los años 90*. Em: Cavarozzi, M y Abal Medina, J. M. El Asedio a la política. Los partidos latinoamericanos en la era neoliberal.. HomoSapiens Ediciones. Buenos Aires.

- ✓ Miguel, Luis Felipe. 2000. Teoría política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. Revista Brasileira de Ciências Sociais. V. 15. No. 44 ANPOCS.
- ✓ Montecino, Sonia. 1996. *Devenir de una transición: de la mujer al género o de lo universal a lo particular*. Em: Conceptos de Género y Desarrollo. PIEG. Santiago de Chile.
- ✓ Moraes, Maria Lygia Quartim de. 2007. *Trinta anos de feminismo*. Projeto CNPq. PAGU-UNICAMP. Inédito.
- ✓ _____. 2007b. *O feminismo político do século XX*. Margem Esquerda, v.9
- ✓ _____. 1998. *Usos e limites da categoría gênero*. Cadernos PAGU. Campinas.
- ✓ Moreira, Constanza. 1994. *Participación de la mujer en el sistema de toma de decisiones: el caso uruguayo*. Em: Revista Uruguaya de Ciencia Política. No. 7. Instituto de Ciencia Política y Fundación de Cultura Universitaria. Montevideo.
- ✓ _____. 2001. *¿Democracia restringida en Uruguay? Límites culturales e institucionales de la participación de las mujeres en política. (1985 – 2000)*. Em: Seducción y desilusión: la política latinoamericana contemporánea. Ediciones Banda Oriental. Montevideo.
- ✓ _____. 2003. *Los años oscuros*. Em: Memorias para Armar. Volumen 3. Editorial Senda. Montevideo.
- ✓ _____. 2004. *Final del juego. Del bipartidismo tradicional al triunfo de la izquierda en Uruguay*. Ediciones TRILCE. Montevideo.
- ✓ Mosquera Andrade, Violeta. 2006. *Mujeres congresistas. Estereotipos sexistas e identidades estratégicas*. FLACSO. ABYA-YALA. Quito.
- ✓ Pérez, Verónica 2005. *Algunos cambios, pero no tantos: la presencia femenina en cargos ejecutivos en Uruguay*. Em: Las claves del cambio. Ciclo electoral y nuevo gobierno 2004/2005. Colección Política Viva. Ediciones de la Banda Oriental. Instituto de Ciencia Política. Montevideo.

- ✓ Pinto, Céli Regina Jardim. 2001. *A mulher no campo da política no Brasil. Falseas de uma década*. Ediciones Banda Oriental. Montevideo.
- ✓ PNUD. 2005 *Desarrollo Humano en Uruguay. Hacia una estrategia de desarrollo basada en el conocimiento*. Montevideo.
- ✓ PNUD. *Informe de Desarrollo Humano 2005*. www.pnud.org.uy
- ✓ Reglamento de la Cámara de Representantes. Poder Legislativo. Montevideo, 2000.
- ✓ Rodríguez Villamil, Silvia y Sapriza, Graciela. 1987. *Mulher e Estado no Uruguai do século XX*. Em: Revista de Ciências Sociais. V.1 No. 2. UFRGS Porto Alegre.
- ✓ Saltzman, Jane. 1989. *Equidad y Género. Una teoría integrada de estabilidad y cambio*. Ediciones Cátedra Universidad de Valencia. Madrid.
- ✓ Sapriza, Graciela. 2003. *Mujeres que espantan demonios*. Em: Memorias para Armar. Volumen 3. Editorial Senda. Montevideo.
- ✓ Scott, Joan. 1999a *Gender and the politics of history*. Columbia University Press. New York.
- ✓ Scott, Joan. 1999b. *El género: una categoría útil para el análisis histórico*. Em: Sexualidad, género y roles sexuales. FCE. Buenos Aires.
- ✓ Scuro, Lucía. 2002. *De campos, capitales y políticos mayores*. Informe final para el Taller Central de la Licenciatura de Sociología de la Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de la República. Montevideo.
- ✓ _____. 2003. *El Discurso de los legisladores varones acerca del ingreso de las mujeres al Parlamento*. Monografía de la Licenciatura de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de la República. Montevideo.
- ✓ Serna, Miguel. 2001 *La polarización política en Uruguay ¿transformación o renovación?* Em: Seducción y desilusión: la política latinoamericana contemporánea. Ediciones Banda Oriental – AUGM -FCS. Departamento de Sociología. Montevideo.
- ✓ Social Watch; Informe 2005. *Rugidos y Murmullos. Género y pobreza: Más promesas que acciones*. Instituto del Tercer Mundo. Montevideo.

- ✓ Valles, Miguel. 1997. *Técnicas cualitativas de investigación social. Reflexión metodológica y práctica profesional*. Editorial Síntesis Sociológica. España.
- ✓ Villar, Isabel. 2004. Nuevas Legisladoras. ¿Quién es quién?. Em: La República de las Mujeres. Suplemento del diario La República. Montevideo.

Sitios web consultados

www.camara.gov.br

www.comciencia.br

www.depolitica.com.uy

www.idea.int

www.ipu.org

www.mujeresdelsur.org.uy

www.parlamento.gov.br

www.parlamento.gub.uy

www.pnud.org.uy

www.senado.gov.br

www.socialwatch.org.uy